

PERLA QUADROS DE LARA

O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE  
PONTA GROSSA (PR): ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DESIGUAL

PONTA GROSSA

2006

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PERLA QUADROS DE LARA

O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE  
PONTA GROSSA (PR): ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DESIGUAL

Dissertação apresentada como requisito à  
obtenção do Grau de Mestre no Curso de  
Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas,  
Linha de Pesquisa Sociedade:  
Desenvolvimento Urbano e Regional, da  
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

PONTA GROSSA

2006

L318 Lara, Perla Quadros de  
O crescimento demográfico e as condições de vida na cidade de  
Ponta Grossa (PR): aspectos da urbanização desigual / Perla Quadros  
de Lara. Ponta Grossa, 2006.  
107 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) –  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.  
UEPG. Ponta Grossa.  
Orientador: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

1- Urbanização-Ponta Grossa. 2-Ponta Grossa-população-  
condições de vida. I.T.

CDD: 301.302

Dedico aos meus pais **JOSÉ EVANDRO** e **VALDIRA**, por serem exemplos para minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

A DEUS,

Pela vida.

A Santa Rita de Cássia.

Ao meu orientador Lindon Fonseca Matias,

Que compartilhou sua sabedoria e me ajudou a vencer este desafio.

Ao meu noivo Rafael,

Que sempre me incentivou e esteve ao meu lado em todos os momentos e que com seu amor pode compreender minha ausência em alguns momentos.

Ao Alex Caetano da Silva,

Pelas longas caminhadas durante a pesquisa de campo e pela preparação dos cartogramas elaborados para a pesquisa.

A todos aqueles que não foram citados, mas que de alguma forma contribuíram para que este trabalho fosse concluído.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>viii</b>
<b>LISTA DE CARTOGRAMAS.....</b>	<b>ix</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xi</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xii</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO URBANO.....</b>	<b>4</b>
1.1 A [RE] PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	4
1.2 OS AGENTES QUE [RE]PRODUZEM O ESPAÇO URBANO.....	10
1.3 A DEFINIÇÃO DE CIDADE E O SEU PLANEJAMENTO.....	22
<b>CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA NAS CIDADES.....</b>	<b>31</b>
2.1 TEORIAS DA POPULAÇÃO.....	31
2.2 OS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS.....	35
2.3 AS CONDIÇÕES E A QUALIDADE DE VIDA.....	39
2.3.1 Os conceitos de condição de vida.....	39
2.3.2 A qualidade de vida.....	42
2.3.3 Condições de vida e a infra-estrutura urbana básica.....	45
<b>CAPÍTULO 3 – O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR).....</b>	<b>48</b>
3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA EM PONTA GROSSA (PR).....	48
3.2 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA URBANA.....	53

3.3	AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR): ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	74
3.4	A REALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA URBANA ENCONTRADA EM PONTA GROSSA (PR).....	82
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>94</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>99</b>

## **APÊNDICE I – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 -	INDICADORES DA QUALIDADE DE VIDA EM SEU CONJUNTO	46
QUADRO 02 -	O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE PONTA GROSSA.....	52
QUADRO 03 -	O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE PONTA GROSSA (PR) ENTRE 1940 E 2000.....	54
QUADRO 04 -	LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA: 1999 – 2005.....	64
QUADRO 05 -	ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA: 1999 – 2005 (%).....	64
QUADRO 06 -	LIGAÇÕES ATIVAS ESGOTO – TOTALIZAÇÃO 2005.....	67
QUADRO 07 -	ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ESGOTO: 1999 – 2005 (%).....	68
QUADRO 08 -	DISTRIBUIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO POR BAIRROS – 2004.....	72
QUADRO 09-	NÚMERO DE FORMULÁRIOS APLICADOS POR BAIRROS DE ACORDO COM O NÚMERO DE DOMICÍLIOS.....	76
QUADRO 10 -	RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS...	78
QUADRO 11 -	SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.....	81
QUADRO 12 -	METODOLOGIA APLICADA PARA AVALIAÇÃO DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA.....	82
QUADRO 13 -	CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DE VIDA ENCONTRADAS.....	83
QUADRO 14 -	DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – PERCENTUAL/BAIRRO.....	83
QUADRO 15 -	AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS CONDIÇÕES DE VIDA PERCENTUAL/BAIRRO.....	91
QUADRO 16 -	AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS CONDIÇÕES DE	

MORADIA PERCENTUAL TOTAL..... 93

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 01 -	MOTIVO DA MUDANÇA PARA PONTA GROSSA (PR).....	77
GRÁFICO 02 -	RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS...	79
GRÁFICO 03 -	ORIGEM DA RENDA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO....	80
GRÁFICO 04 -	CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO.....	81
GRÁFICO 05 -	DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – PERCENTUAL/BAIRRO.....	84
GRÁFICO 06 -	AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA.....	92

## LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 01 -	DIVISÃO DE BAIROS NA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA.....	56
CARTOGRAMA 02 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS PELA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IBGE).....	65
CARTOGRAMA 03 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR OUTRAS FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IBGE).....	65
CARTOGRAMA 04 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOADOURO SANITÁRIO LIGADO A REDE DE ESGOTO (IBGE).....	68
CARTOGRAMA 05 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOADOURO SANITÁRIO LIGADO A OUTRAS FORMAS DE ESCOADOURO (IBGE).....	69
CARTOGRAMA 06 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA REDE GERAL.....	85
CARTOGRAMA 07 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR OUTRAS FORMAS..	85
CARTOGRAMA 08 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOAMENTO SANITÁRIO ATRAVÉS DA REDE GERAL DE ESGOTO.	86
CARTOGRAMA 09 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOAMENTO SANITÁRIO REALIZADO DE OUTRAS FORMAS.....	86
CARTOGRAMA 10 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA COMPANHIA DE ENERGIA....	87
CARTOGRAMA 11 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ENERGIA ELÉTRICA POR OUTRAS FORMAS DE	

	ABASTECIMENTO.....	87
CARTOGRAMA 12 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE POSSUEM RUAS PAVIMENTADAS.....	88
CARTOGRAMA 13 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM RUAS SEM PAVIMENTAÇÃO.....	88
CARTOGRAMA 14 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO REALIZADA PELO SERVIÇO DE LIMPEZA.....	89
CARTOGRAMA 15 -	NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE UTILIZAM OUTROS DESTINOS PARA O SEU LIXO.....	89
CARTOGRAMA 16 -	SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS PELA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO.....	90

## RESUMO

O propósito principal da presente pesquisa é compreender os fatores, o contexto e os processos intrínsecos e extrínsecos ao fenômeno do crescimento demográfico na cidade de Ponta Grossa (PR) e de que forma esse crescimento influencia nas condições de vida de seus habitantes. Para tanto, buscou-se na construção do referencial teórico, elementos que possibilitam um repensar sobre os processos que influenciam nas condições de vida da população, analisados de maneira objetiva por meio das variáveis: água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e pavimentação e das políticas públicas utilizadas para a implantação desses serviços. Os resultados encontrados apontam que a ausência de políticas de planejamento urbanas mais efetivas aliada às condições sócio-econômicas da população como motivo para a distribuição desigual dos serviços analisados. Em relação ao recebimento pela população dos cinco serviços de infra-estrutura urbana avaliada através de metodologia própria para analisar os resultados encontrados através de pesquisa de campo, conclui-se que a cidade possui condições de vida consideradas regulares, uma vez que seus habitantes são atendidos de maneira satisfatória por apenas três dos cinco serviços.

Palavras-chave: urbanização, Ponta Grossa, condições de vida, população.

## **ABSTRACT**

The main purpose of the present research is to understand the factors, the context and the intrinsic and extrinsic processes to the phenomenon of the demographic growth in the city of Ponta Grossa (PR) and that forms that growth it influences in the conditions of your inhabitants' life. For so much, it was looked for in the construction of the theoretical referencial, elements that you/they make possible a to rethink on the processes that influence in the conditions of life of the population, analyzed in objective way through the variables: water, sewer, electric power, collects of garbage and paving and of the public politics used for the implantation of those services. The found results appear that the absence of more effective urban planning politics allied to the socioeconomic conditions of the population as reason for the unequal distribution of the analyzed services. In relation to the greeting for the population of the five services of appraised urban infrastructure through own methodology to analyze the results found through field research, it is ended that the city possesses life conditions considered regular, once your inhabitants are assisted in a satisfactory way by only three of the five services.

Key-words: Urbanization, Ponta Grossa, life conditions, population.

## INTRODUÇÃO

A cidade é geradora de fatos sociais, expressos nas trocas que seus habitantes mantêm entre si, sejam elas de caráter econômico, cultural, religioso ou de outra modalidade qualquer. Na maioria das vezes, as cidades brasileiras crescem de maneira desordenada, sem um planejamento prévio e correspondente.

O planejamento adequado e o desenvolvimento de uma cidade se expressam principalmente na infra-estrutura básica presente na cidade que deve garantir melhores condições de vida aos seus habitantes. Por infra-estrutura urbana se entende o conjunto de serviços públicos urbanos essenciais à população, como água e esgoto canalizados, ou serviços que proporcionem algum tipo de comodidade, como a energia elétrica. Algumas cidades têm sofrido um aumento considerável no seu número de habitantes, fazendo com que suas infra-estruturas acabem por se tornarem insuficientes para atender as necessidades básicas da sua população.

Mesmo sendo direito do cidadão o acesso a serviços como água, luz, rede de esgoto, pavimentação e coleta de lixo, percebe-se que estes serviços não atendem a toda a população de maneira uniforme. O acesso torna-se diferenciado principalmente pelo poder aquisitivo dos indivíduos. De um lado estão àqueles que possuem renda suficiente para suprir todas as suas necessidades, básicas ou não, uma vez que podem pagar por uma infra-estrutura adequada garantindo, assim, uma melhor qualidade de vida. De outro lado estão os que possuem baixa renda, que se encontram em grande parte marginalizados, a mercê do Estado para lhes garantir as condições mínimas de infra-estrutura e o acesso à mínima qualidade de vida exigida para que possam viver como cidadãos dignos de fato.

A cidade de Ponta Grossa (PR), nas últimas quatro décadas, apresentou uma dinâmica populacional bastante intensa que, em um primeiro momento, parece não ter sido acompanhada de um planejamento urbano adequado, o que interfere diretamente na qualidade de vida da sua população.

Nessa dissertação pretende-se conhecer os múltiplos fatores que competem no sentido de estabelecer mudanças significativas nas condições de vida de uma população, através dos serviços de infra-estrutura urbana oferecidos à população: saneamento básico (água e esgoto), energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo. O enfoque dado é o interdisciplinar que permite a utilização de vários conhecimentos, bem como a análise do fenômeno estudado sob diversos olhares.

Na construção desse trabalho foram utilizados estudos qualitativos e quantitativos. Para a coleta de dados foram utilizados: bibliografia específica, dados estatísticos do município no período analisado, mapas e formulário aplicado para a pesquisa de campo. Os dados demográficos secundários foram obtidos de fontes oficiais: IBGE, IPARDES, Prefeitura Municipal de Ponta Grossa. Sempre que possível, as informações de uma determinada fonte foram agregadas segundo a localização geográfica, de modo a estabelecer um quadro comparativo e permitir que as informações fossem validadas para garantir a segurança quanto à ordem de grandeza dos dados apresentados.

Na pesquisa de campo foram aplicados 400 formulários divididos proporcionalmente entre 15 bairros da cidade de Ponta Grossa (PR). Para definir o número de amostras que foram aplicadas em cada bairro tomou-se como base a variável **número de domicílios**, permanentes em cada bairro. A partir desta variável dividiu-se de maneira proporcional o número de formulários que deveriam ser aplicados na cidade de acordo com o número de domicílio/bairro.

Para uma melhor organização do trabalho definiu-se a seguinte estrutura: no capítulo 1, **O ESPAÇO URBANO**, realiza-se a fundamentação teórica sobre o assunto, abordando os agentes que [re]produzem o espaço urbano, entre eles, o papel do Estado, dos agentes imobiliários e dos setores excluídos, e de que maneira eles atuam na produção desse espaço. Faz-se, também, uma abordagem de algumas questões teórico-conceituais para se pensar o urbano e o papel do planejamento nas cidades.

No capítulo 2, **POPULAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA NAS CIDADES** busca-se fundamentar as questões teóricas e técnicas a respeito dos aspectos demográficos e dos fatores que influenciam na qualidade de vida nas cidades. Nesse capítulo são abordadas as principais teorias sobre a população, o fator migração e os conceitos de condições e qualidade de vida, apresentando metodologias utilizadas para avaliá-las.

O capítulo 3, **O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)**, apresenta uma caracterização sobre a cidade, descrevendo seus aspectos gerais e dados referenciais às suas condições sócio-econômicas e uma descrição sobre os serviços de infra-estrutura urbanos básicos encontrados, como se dividem e de que maneira atendem a população. Ainda nesse capítulo analisam-se os resultados alcançados durante a pesquisa propriamente dita com relação ao tema pesquisado.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, tece-se uma síntese das contribuições alcançadas para a compreensão do espaço urbano de Ponta Grossa, inclusive sobre a influência do aumento da sua população nas condições de vida na cidade.

## **CAPÍTULO 1 - O ESPAÇO URBANO**

### **1.1 A [RE] PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

O espaço geográfico, expresso na forma de território, é o lugar onde as relações sociais acontecem e, mais do que isso, é observado como um lugar a ser transformado e criado pelas ações humanas, como um contínuo do desenvolvimento social, [re]produzido pelas ações da sociedade. Nesse sentido, Smith (1988, p. 132) ressalta que “nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos ‘no’ espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando”. Desse modo, o espaço passa a ser visto como uma criação humana que é realizada através do movimento da sociedade sobre a natureza, que passa a ser transformada pela ação do homem.

O conceito de espaço geográfico é observado enquanto produto do trabalho da sociedade e o papel do homem é de transformador desse espaço. Nisso, afirma Carlos (1988, p. 15), “o homem tem um papel central na medida em que é sujeito, cuja humanidade é construída ao longo do processo histórico, concomitante à reprodução de sua própria vida”. O espaço geográfico é um produto social em constante processo de reprodução. Como essas transformações ocorrem em dados momentos da conjuntura da sociedade, o espaço passa a ser um produto histórico. O papel desempenhado pelo homem nesse contexto, salientado por Carlos (2001, p. 32) é de “um ser social agente da vida econômica e da produção do espaço, que tendo por base as relações sociais, realiza profundas modificações no quadro econômico-político e social”. O processo geográfico tem início e se desenvolve à medida que a própria sociedade se desenvolve. As transformações e os desenvolvimentos ocorrem por meio do processo de produção, sendo medidos

através do trabalho e apresentados como condição inicial, sem a qual não se pode entender o espaço geográfico (CARLOS, 2001).

Para entender o processo de produção e reprodução do espaço faz-se necessário apresentar alguns conceitos e considerações sobre o uso de tais termos, visto que o espaço se transforma pelas ações do homem que, através do seu trabalho, transforma a natureza. Para Harvey (1980, p. 170), existem três elementos necessários à produção:

1. O objeto de trabalho (as matérias-primas existentes na natureza);
2. Os meios de trabalho (as ferramentas, o equipamento, o capital fixo etc., construídos por trabalho anterior) e;
3. Força de trabalho.

Todas as estruturas dependem do grau de sua produtividade<sup>1</sup> e do quanto essa produtividade está desenvolvida, estendendo-se ao desenvolvimento da divisão do trabalho. O que os homens produzem, a maneira como produzem e os materiais que utilizam para essa produção são um reflexo do que eles são, ou seja, a produção é aprimorada com as relações sociais e de trabalho que ela gera entre os diversos indivíduos e entre diferentes nações e irá depender do estágio de desenvolvimento em que essas nações se encontram (MARX; ENGELS, 1998).

Nas Ciências Econômicas, o termo produção se refere à fabricação de um bem material ou a prestação de serviços. É através da produção de tais bens e serviços que a sociedade se reproduz e se desenvolve. A produção ocorre mediante a combinação de três fatores de produção: a terra (natureza), o capital e o trabalho (mão-de-obra). A qualidade e a produtividade do trabalho são dadas pelo desenvolvimento técnico dos instrumentos (máquinas e ferramentas) e pelo grau de

---

<sup>1</sup> Entenda-se aqui por produtividade, o resultado obtido da divisão da produção física realizada numa unidade de tempo (hora, dia, ano) por um dos fatores empregados na produção (terra, capital, trabalho).

especialização do trabalhador, sendo a principal força produtiva o próprio homem, que cria instrumentos de trabalho cada vez mais poderosos e eficazes.

É através da atividade do homem que a natureza será transformada, como mostra Smith (1988, p. 71), “o homem modifica as formas das matérias naturais, de modo a torná-las úteis para ele”. O trabalho produz coisas úteis que preenchem as necessidades humanas. No entanto, as matérias naturais modificadas não deixarão de ser “natureza”. O próprio homem faz parte dessa natureza e é através da sua força que a produção acontece e a matéria é transformada. Smith (1988, p. 71), demonstra, com um exemplo simples, essa ação: “a forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física”.

O conceito de produção, no sentido econômico, sofreu modificações profundas através dos tempos. Para os mercantilistas<sup>2</sup> o conceito estava relacionado com a exploração de minas de ouro e prata, que representavam a grandeza do Estado e seus estoques de metais preciosos. Já para os fisiocratas<sup>3</sup>, o conceito de produção estava intimamente ligado com a terra, pois, para eles, somente a agricultura era produtiva, considerando as demais atividades improdutivas ou estéreis, uma vez que não podiam produzir bens materiais novos (GASTALDI, 1973).

Smith (1988) se opõe a essas duas interpretações, pois considera que o conceito de produção está além da exploração de metais ou da agricultura. A produção é, portanto, uma criação de utilidades, que se faz pelo trabalho do homem

---

<sup>2</sup> O Mercantilismo é uma doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do Feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais. Defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado por meio de um comércio exterior de caráter protecionista (SANDRONI, 2001, p. 197).

<sup>3</sup> Os Fisiocratas eram um grupo de economistas franceses do século XVIII que combateram as idéias mercantilistas e formularam, pela primeira vez, de maneira sistemática e lógica, uma teoria do liberalismo econômico (SANDRONI, 2001, p. 126).

por meio dos elementos e das forças que ele encontra na natureza utilizando-se de instrumentos fabricados por ele e com a finalidade de transformar tais elementos. Mas a produção não se refere somente a transformação de bens materiais, ela engloba também as atividades ou serviços que satisfaçam direta ou indiretamente, as necessidades humanas constituindo-se em bens econômicos.

Engels e Marx (*apud* LEFEBVRE 2001, p. 46) trabalhavam com o duplo sentido da palavra produção:

- a) A acepção ampla, herdada da filosofia. Produção significa criação e se aplica à arte, à ciência, às instituições, ao próprio Estado, assim como às atividades geralmente designadas “práticas”.
- b) A acepção estrita, precisa, embora reduzida e redutora, herdada dos economistas (Adam Smith, Ricardo), mas modificada pela contribuição de uma concepção global, a história.

No primeiro sentido, existe a produção de idéias, de tudo que faz uma sociedade e uma civilização. No sentido estrito a produção se destina àquela material: produção de bens, alimentação, vestuário, habitação etc. Sendo assim é possível perceber que a produção está além do processo mecânico de sua existência. A produção não envolve somente a fabricação de bens materiais destinados à troca, mas o resultado de qualquer atividade produzida pelo homem: produção das idéias, das representações, da linguagem. Tudo passa a ser um produto: o mental, o intelectual, espiritual e filosófico (LEFEBVRE, 2001). Para esse autor (2001, p. 37):

(...) o termo “produção” é tomado numa acepção muito mais ampla que a encontrada nos economistas; ele recolhe o sentido da filosofia inteira: produção de coisas (produtos) e de obras, de idéias e de ideologias, de consciência e de conhecimento, de ilusões e de verdades.

Sobre esse assunto, Carlos (2004, p. 21) se posiciona afirmando que a noção de produção está ligada a fatores de ordem social que vão além da produção de mercadorias:

(...) a reprodução do espaço urbano articulado e determinado pelo processo de reprodução das relações sociais se apresenta de modo mais amplo do que relações de produção estrito senso (a da produção de mercadorias), envolvendo momentos dependentes e articulados. A vida cotidiana, nesta perspectiva, se definiria como uma totalidade apreendida em seus momentos (trabalho, lazer e vida privada) e nesse sentido guardaria relações profundas com todas as atividades do humano – em seus conflitos, em suas diferenças.

Na medida em que o espaço é construído e reproduzido pelo homem através do processo produtivo geral da sociedade, apresentando as características de cada uma delas de acordo com seus hábitos, culturas, crenças e políticas, torna-se humano. Essa designação lhe é permitida não porque o homem o habita. Além disso o espaço sofre alterações tanto de ordem física como social, que irão modificar e transformar esse meio, como observa Dollfus (1982, p. 8):

Por conseguinte, surge o espaço geográfico como o esteio de sistema de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas; numa palavra: de toda tessitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização.

O espaço é construído no processo de desenvolvimento da sociedade e, complementando o entendimento de Dollfus (1982), a descrição dada por Carlos (2001, p. 29) torna-se ainda mais esclarecedora:

O processo de reprodução do espaço geográfico é determinado pela reprodução das relações sociais, fundamentalmente na divisão técnica do trabalho, em nível nacional e internacional, no âmbito da formação econômico-social. É na associação entre as determinações históricas específicas e as condições gerais do sistema que tal configuração será definida.

O homem, no papel de agente social, realiza transformações em diversos aspectos da sociedade: sociais, políticos e econômicos. Por esse motivo se afirma que o espaço é uma criação humana, já que seus atos causam profundas mudanças na sociedade. A visão do espaço como um produto social recomendada, entre outros, por Castells (1983), Carlos (2001), Santos (2002) e Damiani (2002), é a

abordagem escolhida para o presente trabalho, por perceber o espaço a ser estudado como um lugar gerado pela ação do homem no que concerne ao crescimento, desenvolvimento, condições de vida etc.

Sobre as significações sociais do espaço, Castells (1983, p. 181) o apresenta como a expressão de conjuntos históricos e como algo mutável pelas relações sociais que nele ocorrem:

O espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais – entre outros, os homens, que entram também em relações sociais determinadas, que dão ao espaço (bem como aos outros elementos da combinação) uma forma, uma função, uma significação social. Portanto, ele não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e das formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente, constituindo-se então, verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2002). Desse modo torna-se o lugar das transformações modificado pelas características de cada sociedade de acordo com seus hábitos, culturas, crenças e políticas. Pode-se observar o espaço e sua [re]produção, como algo mutável pela ação do homem através de seu trabalho, suas trocas e lutas sociais. Portanto não é visto como algo imutável, mas sim como um lugar a ser transformado, modificado e adaptado às novas realidades.

Destacando os aspectos sociais gerados pelo homem, Damiani (2002, p. 80) apresenta as transformações do espaço em função das atividades desenvolvidas por este homem, mostrando que elas não geram fatos isolados e que tudo está relacionado: “Sua atividade não é atividade isolada, de indivíduos isolados. É

atividade propriamente social, isto é, relações entre seres humanos. É prática coletiva: práxis”.

## **1.2 OS AGENTES QUE [RE]PRODUZEM O ESPAÇO URBANO**

Os agentes sociais que fazem e refazem a cidade são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários e o Estado e os segmentos populacionais, expressos através dos mais diversos tipos de movimentos sociais. Cada um desses agentes desempenha estratégias e ações concretas no papel de construir a cidade, alguns deles ditam ao mercado o valor de um dos principais instrumentos da produção: a terra (CORRÊA, 2003). A ação desses agentes serve ao propósito da sociedade capitalista, o de reprodução das relações sociais de produção, o que dá continuidade ao processo de acumulação, procurando minimizar os conflitos de classe; tentativa esta que se reserva particularmente ao Estado. Cabe agora ressaltar o valor de uso dessa terra para cada um dos agentes mencionados.

Os proprietários dos meios de produção, sejam eles industriais ou comerciais, são grandes consumidores de espaço devido à dimensão de suas atividades. Geralmente buscam terrenos amplos e baratos, dando preferência àqueles próximos aos portos, aos entroncamentos rodoviários, linhas férreas ou aeroportos, o que facilita o escoamento de sua produção. Na cidade de Ponta Grossa (PR) isso pode ser facilmente evidenciado através do Distrito Industrial, localizado às margens da rodovia BR 376, que permite melhor fluxo das mercadorias produzidas pelas empresas lá instaladas (BERTO, 2004).

Esse é um dos fatores que irá gerar conflito entre os proprietários dos meios de produção e os proprietários de terras que, prevendo um aumento nas vendas, acaba por reter suas terras, provocando uma escassez no mercado que irá impulsionar o aumento no seu preço. A solução vem através do Estado, o que favorece aos proprietários dos meios de produção que, no capitalismo, comandam a vida econômica e política.

O surgimento de novos contingentes populacionais é um dos fatores que influencia na demanda de terras e habitações. Esses contingentes, em geral, são oriundos de fluxos migratórios, de pessoas provenientes do campo e que vieram para as médias e grandes cidades em busca de melhores condições de vida. De modo geral são pessoas que partiram para uma determinada cidade em busca de um emprego melhor, de educação ou foram transferidas de sua cidade de origem para desempenharem suas atividades, sejam militares, industriais ou comerciais, em outras paragens. Corrêa (2003, p. 17) afirma que “há condições que interferem na demanda de terras e habitações, as quais vão traduzir-se em taxas distintas de crescimento demográfico e espacial das cidades de um dado país ou região”.

As estratégias dos proprietários irão variar de acordo com a localização de suas terras, dando forma a um processo de segregação espacial que se apresenta na existência da propriedade privada do solo urbano, com acesso diferenciado à moradia. Para Carlos (2004, p. 121), “a segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Esta segregação assume, no entanto, várias facetas indicando processos diferenciados, apesar de justapostos”. De acordo com a autora, a segregação ocorre ligada a vários elementos: a espontânea, que se refere ao valor de troca do espaço com relação à renda individual; a programada, realizada pela intervenção do Estado na geração de infra-estrutura, por exemplo, o que pode

ocasionar uma deteriorização do espaço. Por fim, a autora aponta a mercantilização do solo urbano que, tornado mercadoria, adquire valor de troca. O centro apresenta uma dinâmica diferente, passando a se tornar quase que estritamente comercial. Em geral, isso ocorre por que a maioria dos moradores dessa região se afasta em busca de melhores condições de vida e de mais tranqüilidade, já que a criminalidade e outros fatores, como a poluição, tornam-se mais presentes nessa área. Os imóveis que antes eram destinados à moradia alteram suas funções para comercial e serviços e isto representa uma guinada ao setor imobiliário. Dessa forma, torna-se mais distinta a separação entre o local de trabalho e o local de moradia. Sobre isso a mesma autora afirma (CARLOS, 2004, p. 123):

A casa, tornada mercadoria, tem o sentido estrito da função de moradia. A prática espacial urbana revela assim a extrema separação/dissociação dos elementos da vida cotidiana, ao separar cada vez mais os locais de moradia daqueles de trabalho e criando lugares de lazer na medida em que ruas dos bairros se esvaziam como lugar de lazer e pontos de encontro.

Muitas vezes os proprietários de terras tornam-se também promotores imobiliários. Isso ocorre quando o apelo comercial mostra terras com extensas áreas verdes, mar, lagoa etc. Aos olhos dos investidores tais apelos são diferenciais na hora da escolha. Outros atrativos são oferecidos aos compradores, como a ampla infra-estrutura urbana: ruas asfaltadas, luz, água, rede de esgoto, áreas de lazer, segurança. Aqui, a palavra periferia que, aos olhos de muitos, surge com sentido pejorativo, ganha novos ares, uma vez que condomínios de luxo não possuem nada de periférico e sim de seletivos. Campanhas publicitárias ajudam a aumentar o valor da terra e um dos chamarizes usados para atrair a sua clientela é a alta qualidade de vida proporcionada por tais empreendimentos.

A princípio, o centro da cidade era o lugar ideal para instalações comerciais e até mesmo residenciais, devido à facilidade no acesso aos bens e serviços.

Aparentemente, sua infra-estrutura é completa ou parece ser a primeira vista. Praças, ruas asfaltadas, um comércio mais amplo formado por lojas espalhadas por toda área central e concentrada em shoppings centers, e uma infinidade de supermercados, o que faz com que a população sinta certa comodidade por ter todos os serviços básicos mais próximos de si. Isso não acontece com os bairros mais distantes do centro. Hoje é comum notar a expansão da cidade em direção à periferia, como é o caso dos condomínios de luxo que nem sempre fizeram parte dessa paisagem. Antes o lugar era reservado apenas para pessoas de baixo poder aquisitivo e, ao contrário dos primeiros, os loteamentos formados por casas populares oferecidas pelo Estado ou pelo sistema de autoconstrução, oferecia pouca, ou quase nenhuma, infra-estrutura. As favelas<sup>4</sup> podem se localizar em tais periferias, mas preferem, na maioria das vezes, instalarem-se em regiões mais centrais dada a facilidade do acesso aos serviços oferecidos no centro.

Observa-se também uma expansão linear da verticalização que não se restringe, todavia, à área central. Foi aí que ela teve seu início, mas atualmente, pode ser observada em outras partes da cidade. O processo recente de verticalização na cidade de Ponta Grossa atinge um espectro social bastante amplo abrangendo quase todas as camadas sociais. Sendo assim, não pode ser vista mais como um privilégio para uma classe restrita. Ao lado do crescimento horizontal e vertical da cidade, as favelas se constituem também em uma forma de expansão urbana. Esses aspectos de crescimento, apesar de apresentarem algumas diferenças bastante distintas, conseguem nos dar uma visão do quanto a cidade está crescendo e expandindo-se demograficamente (SAHR; DITZEL 2001).

---

<sup>4</sup> Entende-se aqui por favelas, a construção de casas e loteamentos sem prévia autorização da prefeitura, sem a mínima infra-estrutura urbana e que oferecem condições de vida precárias aos seus habitantes. O principal caráter dessas favelas está na sua clandestinidade.

Ao Estado compete atuar na organização espacial da cidade. Uma primeira observação de acordo com Corrêa (2003, p. 24) refere-se ao fato de que o Estado atua diretamente como “grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário”. É importante destacar o fato de que o Estado é um agente regulador do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos, como é o caso dos movimentos sociais pela moradia.

A atuação do Estado aparece de forma mais corrente através da implantação de serviços públicos como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo. Essa atuação visa criar condições de realização e produção da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. Para explicar melhor o papel desempenhado pelo Estado, pode-se afirmar que ele atua diretamente na organização do espaço urbano, ao mesmo tempo em que interfere nessa organização. Quando destina uma determinada área à produção industrial, o Estado está interferindo na distribuição do espaço devido ao uso das terras próximas às indústrias instaladas. Através de negociações com as companhias de habitação o Estado assume o papel de promotor imobiliário (CORRÊA, 2003).

É interessante citar alguns dos instrumentos que o Estado pode empregar em relação ao espaço urbano, conforme descreve Samson (*apud* CORRÊA, 2003, p. 25):

- (a) direito de desapropriação e precedência na compra de terras;
- (b) regulação do uso do solo;
- (c) controle e limitação dos preços de terra;
- (d) limitação da superfície da terra de que cada um pode se apropriar;
- (e) impostos fundiários e imobiliários que podem variar segundo a dimensão do imóvel, uso da terra e localização;
- (f) taxação de terrenos livres, levando a uma utilização mais completa do espaço urbano;
- (g) mobilização de reservas fundiárias públicas, afetando o preço da terra e orientando espacialmente a ocupação do espaço;

- (h) investimento público na produção do espaço, através de obras de drenagem, desmontes, aterros e implantação da infra-estrutura;
- (i) organização de mecanismos de crédito à habitação; e
- (j) pesquisas, operações-teste sobre materiais e procedimentos de construção, bem como o controle de produção e do mercado material.

Para que a cidade cumpra seu papel social ela deve se utilizar de políticas urbanas. Com o ESTATUTO DAS CIDADES (2001), Lei nº. 10.257 de 10 de Julho de 2001 a função social das cidades é observada da seguinte forma:

**Art. 2** -A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

- I garantia do direito de cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- II gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- III cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização; em atendimento ao interesse social;
- IV planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
- V oferta de equipamento urbanos e comunitários, transportes e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

No que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente constata-se que existem diferenças sociais consideráveis, principalmente, no que se refere à habitação, já que uma grande parcela da população não possui renda suficiente para adquirir um imóvel ou mesmo para pagar um aluguel. Aliados à falta de condições para adquirir uma moradia estão as precárias condições de saúde,

baixo nível de escolaridade e de renda, o desemprego e, mesmo, os subempregos (CORRÊA, 2003).

A utilização do espaço é reservada àqueles que dispõem de um capital particular, o que reforça a noção de propriedade privada de um bem coletivo (SANTOS, 1982). Desse modo, as necessidades e os desejos estão intimamente ligados ao valor do bem móvel ou imóvel e ao poder aquisitivo para consegui-lo. O valor é um conceito fundamental da Economia Política que designa o atributo dando aos bens materiais sua qualidade de bens econômicos. Existe na Economia uma distinção entre valor de uso e valor de troca. O primeiro diz respeito às características físicas dos bens que os tornam capazes de serem usados pelo homem, ou seja, de satisfazer necessidades de qualquer ordem, materiais ou ideais. O segundo indica a proporção em que os bens são intercambiados uns pelos outros, seja direta ou indiretamente, por intermédio do dinheiro. O espaço torna-se o local onde essas relações de valores acontecem. Para tanto se padroniza o espaço geográfico como uma expressão da relação entre o capital e o trabalho, entendido como expressão da universalidade do valor.

O Estado capitalista assume sua posição nessa relação entre valor de uso e valor de troca. Dessa maneira garante que suas decisões lhes sejam convenientes e vantajosas, principalmente quando ele assume o papel de proprietário ou promotor imobiliário. Por outro lado, como foi visto anteriormente, é o Estado quem deve garantir à população às condições necessárias para que possam ter uma melhor qualidade de vida. Cabe a ele oferecer subsídios para a implantação de serviços que garantam essas condições. Isso pode não ocorrer devido ao jogo de interesses que existem por trás da propriedade do espaço. A partir do momento que a população não tem suas necessidades atendidas pelo Estado surge, então, outro agente social

que irá [re]produzir suas ações no espaço urbano. São os chamados movimentos sociais que representam as mais diversas ações da sociedade civil.

A sociedade civil configura-se como um amplo e diverso conjunto de experimentações de organização política, que abriga diferentes objetivos e projetos. Na dinâmica da sociedade civil é necessário abordar o papel dos movimentos sociais e dos ativismos, que são as formas como as pessoas têm de mostrar seu papel ativo na sociedade. Souza e Rodrigues (2004, p. 82) afirmam que “Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, os homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural”.

Souza e Rodrigues (2004, p. 83) observam que existe algo que diferencia movimento de ativismo social. Para os autores “todo movimento é um ativismo social; mas a recíproca não é verdadeira: nem todo ativismo é um movimento”. Ativismos são formas de organização e mobilização que envolvem determinadas parcelas da população objetivando determinadas ações. Essas ações podem ter caráter reivindicatório, que evidenciam uma reação diante de um problema específico ou de uma carência ou mesmo lutas mais ideárias que questionam as ações da sociedade destacando aspectos políticos, econômicos ou sociais.

Os ativismos reivindicatórios compreendem ações que visam promover melhorias pontuais, como a pavimentação de uma rua, a instalação de uma lombada ou semáforo em determinada localidade. Isso se faz sem considerar o conjunto da cidade e sem propor transformações que modifiquem as estruturas da sociedade. Deve-se observar que, geralmente, ocorre uma desmobilização das pessoas quando a necessidade é suprida ou o problema resolvido. É interessante ressaltar que as

demandas pontuais podem servir de escada eleitoral, uma vez que políticos se aproveitam dessas situações para angariar votos (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Os movimentos sociais se diferem dos ativismos por estarem num grau de organização mais elevado, tendo como protagonistas as diferentes classes sociais, etnias, partidos políticos, regiões, religiões, homens, mulheres, a homossexualidade. Por seu caráter contestatório, movimentos sociais não aparecem e desaparecem da necessidade de suprir uma carência e, sim, ganham maior ou menor visibilidade a partir dessa carência, seja ela moradia, segurança, educação, saúde, igualdade ou mesmo a paz. A respeito do caráter de contestação dos movimentos sociais Souza e Rodrigues (2004, p. 84), afirmam:

Estão voltados para transformações mais ou menos profundas da sociedade, têm o horizonte de luta ampliado, ou seja, não fazem reivindicações puramente pontuais; pelo contrário, atuam em diversos níveis (e não apenas localmente), com preocupações de alcance maior como o aumento da justiça social, o combate à desigualdade, as críticas à segregação residencial e a luta contra o racismo, entre outras.

Nesse sentido Ammann (1991, p. 22) afirma que “movimento social é uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade”.

No entendimento de Gohn (1997, p. 251):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir do interesses em comum.

No final da década de 1960 houve uma vigorosa ascensão dos movimentos sociais associada à luta pela expansão dos direitos fundamentais e à afirmação da identidade de atores sociais até então marginalizados. Assim, esse processo

renovou as formas tradicionais de participação política introduzindo novas táticas de mobilização popular e novas formas organizativas. Cabe ressaltar ainda, que não bastam carências para existir um movimento. As carências precisam se traduzir em demandas que poderão se transformar em reivindicações por meio de uma ação coletiva. O que une as carências até sua formulação em reivindicações são as ações concretas do homem. Vários fatores serão atravessados até que se possam alcançar os objetivos de uma ação popular (GOHN, 1997).

De acordo com Gohn (1997, p. 266), podem-se observar num movimento social as seguintes fases:

1. Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir.
2. Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
3. Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
4. Transformação das demandas em reivindicações.
5. Organização elementar do movimento.
6. Formulação de estratégias.
7. Práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos etc.
8. Encaminhamento das reivindicações.
9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).
10. Negociação com opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.
11. Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Convém aqui lembrar que se podem ter movimentos de diferentes classes e demandas sociais. O tipo de ação envolvida é que será o indicador do caráter do movimento. Em se tratando das transformações do espaço urbano e de sua [re]produção abordam-se os movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais. Todo ser humano, independente de sua classe social, precisa ter acesso a condições de habitação, saúde, alimentação etc. Para

alguns indivíduos essas condições só são alcançadas em caráter coletivo, que são de acordo com Gohn (1997, p. 269), “os chamados equipamentos coletivos de consumo: escola, saúde, transporte, lazer etc.”. Por esse motivo surgiram movimentos diversos em busca da criação de equipamentos coletivos de consumo: movimentos pela saúde, movimentos pelo transporte, movimentos pela habitação, entre outros.

A demanda por moradia é um dos aspectos de luta organizada pelos movimentos populares urbanos. As más condições de moradia podem comprometer a qualidade de vida da população, bem como sua saúde física e mental. É ideal que as pessoas residam em domicílios com uma infra-estrutura básica mínima instalada, água limpa e de qualidade, coleta de lixo, rede de esgoto. Observa-se que as populações que têm acesso a esse tipo de estrutura são menos suscetíveis a doenças e infecções (SCHWEIZER, 1997).

Entre os problemas habitacionais existentes destaca-se a escassez e o elevado custo da moradia, o que aumenta o número de indivíduos vivendo em situação precária em favelas e outros tipos de assentamentos com escassas condições de infra-estrutura e outros serviços. De acordo com Souza (2003, p. 81):

O movimento de luta pela moradia está contextualizado no cenário econômico, político e social de grandes desigualdades sociais, ocasionado pela concentração fundiária e de renda do país. A população que migra do campo para a cidade tende a buscar os espaços mais acessíveis economicamente para instalação de moradia ou aluguel. À medida que não há acesso a condições econômicas para adquirir um terreno, as auto-construções e favelas, via de regra em áreas de riscos, são intensificadas.

Schweizer (1997) observa que é relativamente elevada a proporção de pessoas residentes em domicílios construídos irregularmente em terrenos de propriedade de terceiros ou ocupados ilegalmente. A escassez de moradia também é expressa no adensamento do domicílio. Esse adensamento é calculado, na

maioria das vezes, relacionando o número de pessoas com o número total de cômodos ou dormitórios da moradia.

Os aluguéis constituem um dos indicadores utilizados para sintetizar o mercado habitacional e analisar a acessibilidade econômica à habitação. Como os custos com aluguéis são demasiado caros, eles comprometem grande parte da renda familiar e isso impede que os indivíduos possam satisfazer suas necessidades básicas em relação a outros bens de consumo. Porém, é interessante observar que a moradia também é um bem de consumo almejado pela população, que busca a “casa própria”, livre do aluguel, despejo ou desapropriação de terras.

Em relação à moradia e a habitação, o acesso a ela deve ser facilitado pelo Estado, nesse caso como intermediador entre as classes excluídas e os proprietários de terra, haja vista que estas agem de maneira especulativa, pensando em benefício próprio. Esse comportamento especulativo se instaura, na maioria das vezes, em loteamentos que se instalam em regiões de difícil acesso ou com condições precárias de infra-estrutura e que são oferecidos à população de baixa renda. As reivindicações da população estão além da luta pela moradia. Exigem também equipamentos públicos tais como escolas, creches, postos de saúde, além de transporte e saneamento básico para seu bairro. Souza (2003, p. 82) destaca que:

O processo de urbanização, principalmente nas grandes cidades, é influenciado pela atuação da sociedade civil organizada, que demanda junto ao poder público local, um conjunto de medidas e de direitos fundamentais à reprodução social e a própria dinâmica das relações de trabalho.

Dessa maneira, o espaço urbano é [re]produzido através de demandas pontuadas pelas organizações sociais e acabam por transformar/melhorar o espaço e a cidade em que vivem. É através dessas demandas que novos direitos passam a

ser conquistados. No caso dos portadores de necessidades especiais, por exemplo, algumas demandas tornaram-se direitos e foram atendidas pelo Estado, como a criação de rampas para acesso a pisos superiores, rebaixamento das calçadas. No caso da habitação, programas habitacionais organizam-se ao lado de ações comunitárias (SOUZA, 2003).

A luta pela moradia e pelos equipamentos públicos necessários à reprodução social da família explicitam a luta pela qualidade de vida quando temas como higiene, água, lixo, esgoto são pautas de reivindicações e ações tanto dos atores da sociedade civil quanto do Estado (SOUZA, 2003). Destaca-se que essa dinâmica contempla outros tipos de movimentos sociais tais como: saúde, educação, transporte coletivo, movimentos de luta contra o desemprego e até mesmo por qualidade de vida, entre outros, que ao agirem estarão reproduzindo com suas ações o espaço urbano.

### 1.3 A DEFINIÇÃO DE CIDADE E O SEU PLANEJAMENTO

Cada cidade tem uma identidade própria, caracterizada pela sua cultura, pelas tradições de sua população ou qualquer outro fator que a torna diferente das demais. Esses fatores determinantes ultrapassam sua paisagem arquitetônica, suas características físicas ou sociais. Dessa maneira, a cidade vai além do aglomerado humano e de suas edificações.

No Brasil, a definição vigente de cidade, de acordo com Veiga (2003, p. 63), é obra do Estado Novo que através do Decreto-Lei 311 de 1938 “transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais”. Dessa maneira, pequenos povoados ou

simples vilarejos viraram cidades através de uma norma que continua em vigor, mesmo com posteriores evoluções institucionais. Até 1938 o Brasil não possuía um dispositivo que estabelecesse diferença entre cidade e vila. Era costume elevar à condição de vila ou mesmo diretamente a condição de cidade, rústicas sedes de freguesia<sup>5</sup>. Vilas e cidades podiam surgir mesmo sem a prévia existência de freguesias e ambas podiam ser sedes de municípios. Mesmo existindo regras para que cidades e vilas pudessem exercer suas diferentes funções, a decisão de criar ou elevar uma localidade à categoria de vila ou cidade não respeitava qualquer norma (VEIGA, 2003).

A cidade é um elemento essencial do sistema econômico por seus atrativos, tanto para o homem (emprego, saúde, educação, segurança etc.) como para as indústrias (localização, facilidade no escoamento da produção, ou pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo), enriquecendo assim as relações de troca existentes entre eles. São esses atrativos que trazem para as cidades um número cada vez maior de pessoas, através do fenômeno da imigração. Para Remy (*apud* CAPEL, 1975, p. 7):

La ciudad es un elemento esencial del sistema económico precisamente por su condición de lugar de intercambio, de elección y de innovación. Es la facilidad de interrelación social lo que hace a la ciudad particularmente atractiva para las industrias y para los hombres, lo que en definitiva da a la ciudad su valor económico<sup>6</sup>.

Dessa forma a cidade surge como um conjunto de economias urbanas estreitamente associadas entre si. Todas essas economias originam-se dos equipamentos materiais disponíveis dentro da cidade, portanto, são as vantagens imateriais que oferecem à ela maiores vantagens competitivas de mercado frente às

---

<sup>5</sup> A mais antiga unidade territorial brasileira (VEIGA, 2003).

<sup>6</sup> Tradução da autora: A cidade é um elemento essencial do sistema econômico precisamente por sua condição de lugar de intercâmbio, de eleição e de inovação. É a facilidade de inter-relação social que faz a cidade particularmente atrativa para as indústrias e para os homens, o que definitivamente dá a cidade seu valor econômico.

demais. Remy (*apud* CAPEL, 1975, p. 7), observa a cidade como “un punto privilegiado en el espacio, ‘el lugar que reúne los centros de decisión e innovación’<sup>7</sup>”. A cidade é o lugar de concentração de bens produzidos coletivamente e que devem ser consumidos também coletivamente. Além disso, a cidade é uma condição geral da produção e da reprodução do capital e deve ser analisada enquanto concentração de instrumentos de produção, serviços, mercadorias, infra-estrutura, trabalhadores e reserva de mão-de-obra (CARLOS, 2001).

Max Weber (in SERRA, 1987) ressalta o sentido econômico e remete ao fato de que a cidade mantém relações com cidades vizinhas, relações essas econômicas ou sociais. Isso ocorre quando se verifica a aplicação de recursos em determinados setores, que além de atender a população local, atende também a população vinda de outras regiões. Pode-se citar como exemplo a polarização de serviços na área de saúde, com clínicas médicas privadas e hospitais, e na área de ensino com universidades e faculdades oferecendo diversas opções, além das escolas particulares de ensino médio e cursos preparatórios para vestibular (SINGER, in FERRAZ, 1996).

Esse tipo de relação é facilmente observado em Ponta Grossa que se tornou um centro regional que oferece alguns serviços especializados, como os citados no parágrafo anterior, serviços estes que a população de localidades vizinhas (tais como Castro, Carambeí, Palmeira, Imbituva, Reserva), procura quando necessário porque esses serviços não estão disponíveis em suas localidades. Muitas vezes, para facilitar o acesso a esses serviços, ou ainda para evitar deslocamentos contínuos, algumas pessoas optam por fixar moradia em centros urbanos maiores.

---

<sup>7</sup> Tradução da autora: um ponto privilegiado no espaço, o lugar que reúne os centros de decisão e inovação.

Isso faz com que haja um aumento no contingente populacional, acarretando uma transformação desse espaço urbano.

A cidade é um fenômeno em transformação constante, não podendo ser vista como algo pronto e acabado. Ela sofre mutações, seja através dos indivíduos, da arquitetura, das transformações políticas e econômicas ou de qualquer outro fator que acarretará em mudanças em sua paisagem. De acordo com Scheffer (2003, p. 8):

A cidade, dentro da dinâmica do modo de produção capitalista, possui o papel de centro de controle administrativo e de gestão da economia capitalista. A cidade capitalista é, portanto, o palco privilegiado do desenvolvimento deste modo de produção, com suas contradições e intervenções.

Dessa forma percebe-se a cidade como o lugar de atuação das relações sociais capitalistas. A definição clara da função econômica de uma cidade passa a ser então um ponto importante para a definição do seu planejamento urbano. Para tanto, é necessário analisar o processo de desenvolvimento urbano. Clark (1991, p. 61) destaca a distinção entre dois processos que fazem parte desse desenvolvimento, o crescimento urbano e a urbanização:

O crescimento urbano é um processo espacial e demográfico e refere-se à importância crescente das cidades como locais de concentrações da população numa economia ou sociedade particular. (...) A urbanização, por outro lado, é um processo social e não espacial que se refere às mudanças nas relações comportamentais e sociais que ocorrem na sociedade, como resultado de pessoas morando em cidades. Essencialmente, isso refere-se às mudanças complexas de estilo de vida, que decorrem do impacto das cidades sobre a sociedade.

O crescimento populacional é um dos fatores que irá alterar as características do espaço. Outro fator determinante e resultante do desenvolvimento econômico e social de uma população é a sua dinâmica populacional, mostrando a relação de mútua dependência entre variáveis demográficas e sócio-econômicas. A relação

entre o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico tem sido o centro de vários estudos por todo o mundo que se valem da demografia e de suas variáveis para entender tal relação.

Para falar sobre a relação existente entre a dinâmica populacional e o desenvolvimento econômico é necessário caracterizar quais conceitos serão utilizados para defini-los. Na presente pesquisa esses conceitos devem mostrar que caminhos serão percorridos para analisar o crescimento demográfico e as condições de vida na cidade de Ponta Grossa (PR). Sobre o conceito de desenvolvimento econômico, Singer e Szmrecsányi (in SANTOS et al., 1980, p. 275) afirmam que:

O desenvolvimento econômico, acima de tudo, constitui um processo qualitativo de mudança estrutural. É um processo histórico, não apenas porque leva tempo para materializar-se, mas também porque configura uma evolução entre duas ou mais situações estruturalmente diversas. Ao transcender as meras flutuações conjunturais, ele envolve um processo que só pode ser aferido e avaliado dentro de uma perspectiva de médio ou longo prazo.

Os autores observam o desenvolvimento econômico como um processo histórico de transformação estrutural das economias “coloniais”, ou subdesenvolvidas, em economias “industrializadas” ou desenvolvidas. Mas todas essas transformações não podem ser vistas apenas como transformações econômicas e, sim, como transformações sociais, políticas e culturais, uma vez que atinge todos os setores de uma sociedade. Sandroni (2001, p. 38) observa o desenvolvimento como o “crescimento econômico (aumento do Produto Nacional Bruto per capita) acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia”. Isso quer dizer que o desenvolvimento econômico de um determinado lugar deve afetar diretamente a vida de sua população.

Em virtude do seu caráter dinâmico, à medida que a população vai sofrendo transformações quantitativas, os problemas e as contradições sócio-econômicas vão se tornando cada vez mais agudas e evidentes. Os estudos estatísticos da população são feitos pela demografia cujos termos, taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida fazem parte do cotidiano desses estudos. É através do uso da demografia que um país pode fazer uma análise de seu crescimento e projetar ações que devam ser tomadas para o futuro.

O crescimento da população, mesmo que de forma contida, influencia diretamente nas condições de vida da população. Problemas habitacionais, falta de infra-estrutura básica e o valor do uso do solo, são alguns desses fatores. A procura pelas cidades em busca de uma suposta melhoria na qualidade de vida, pelo menos no quesito renda, é um dos atrativos para a maioria das pessoas. Sobre esse assunto, Damiani (2002, p. 74) afirma que:

A concentração das populações nas cidades é tema crucial dentro da geografia da população. Hoje se compreende que o espaço ganha cada vez mais valor, é mercantilizado, comercializado, está sujeito à especulação imobiliária, enfim, não está à disposição de todos de forma indiscriminada. Massas crescentes de população estão, mesmo que instaladas na cidade, sem direito real a ela: vivem em áreas periféricas, desurbanizadas. É a ruralização da cidade.

Portanto, conhecer o motivo que atrai as pessoas para uma determinada área é importante para o seu planejamento urbano, para a implantação de novas atividades econômicas em função das necessidades de emprego e dos recursos de mão-de-obra, construção de residências, equipamentos escolares, atendimento médico hospitalar, estradas, além de muitas obras. A cidade não se regula por si mesma, assim, esperam-se do planejamento público as medidas necessárias para que ela possa assegurar o bem estar a sua população com condições de vida adequadas. O planejamento deve levar em consideração aspectos sociais, cuidando

para que todas as classes sociais possam estar aí incluídas, mesmo que essa inclusão não se realize da mesma forma para todos os indivíduos.

Dessa forma, é necessário utilizar-se de instrumentos que promovam certa igualdade entre a população, seja através do Estatuto da Cidade ou do Plano Diretor Municipal. O Plano Diretor é, assim, o instrumento capaz de definir as regras de um desenvolvimento urbano em que a sociedade se beneficia em harmonia com o meio ambiente, propiciando, dessa forma, o melhoramento da qualidade de vida para todos os habitantes. Existe uma preocupação em formular um Plano Diretor que se preocupe em ordenar o crescimento urbano, a ser efetivado por meio de obras, porém quase sempre os problemas surgem após a efetivação dessas obras e isso pode acarretar uma distribuição bastante desigual dos benefícios sociais entre seus habitantes.

Alguns impasses gerados com o desenvolvimento urbano são quase inevitáveis. Como primeiro impasse tem-se a baixa qualidade de vida nas cidades, principalmente no que se refere à população de baixa renda. O segundo impasse é uma queda na eficiência econômica da cidade, uma vez que os custos de urbanização sofrem aumentos consideráveis e são absorvidos pelos setores públicos e privados, graças ao assistencialismo do Estado.

Em Ponta Grossa, no que se refere ao melhor uso do solo urbano, o Plano Diretor do município busca a valorização das áreas de proteção ambiental e as melhores providências em relação a novos loteamentos. O primeiro Plano Diretor do município data de 1967 (o CODEM), e identificava os fundos de vales como importantes fatores de impedimento para a integração espacial da cidade, sugerindo seu melhor uso e ocupação. O segundo Plano Diretor foi concluído em 1992 e apontava para tais áreas um outro destino, em que se previa a transformação delas

em áreas verdes, através da instalação de parques lineares. A partir de 1970, com as denominadas “Leis de Loteamento”, o parcelamento do solo urbano passou a ter um controle maior do que nas fases anteriores. Para a aprovação de loteamentos, passam a ser necessárias também a adequação a uma série de diretrizes de ordenamento, as chamadas “Leis de Zoneamento” (SAHR 2001).

Dessa maneira, é imprescindível pensar o planejamento de uma cidade observando as necessidades de seus cidadãos e a melhor maneira de supri-las, de forma a oferecer uma condição de vida adequada à toda a população. Para isso, fatores ambientais, como a preservação de áreas verdes, sociais e econômicos devem ser levados em consideração para que o crescimento possa ir além daquele considerado populacional, mas, também que seu crescimento mostre resultados benéficos à população de maneira planejada.

Faz-se necessário esclarecer a diferenciação entre planejamento e gestão pública, uma vez que planejar significa conhecer o futuro, conhecer e projetar as ações e transformações que poderão ocorrer no espaço e na cidade e a maneira com que possíveis problemas poderão ser sanados. Desse modo, cabe dizer que os problemas hoje observados em uma cidade ou região deveriam ter sido anteriormente previstos nos projetos discutidos. Assim sendo, administrações posteriores poderiam ter soluções para resolver tais problemas, podendo assim gerar melhor qualidade de vida aos seus habitantes. É esclarecedor a diferenciação entre planejamento e gestão feita por Souza e Rodrigues (2004, p. 46):

O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando-se evitar ou minimizar problemas e ampliar as margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que as condições do planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são distintos e complementares.

Na presente pesquisa torna-se importante esse tipo de distinção entre planejamento e gestão, para que se possa definir que tipos de planejamento estão sendo utilizados pela administração pública da cidade de Ponta Grossa que atendam o aumento da demanda populacional, com infra-estrutura básica adequada e melhores condições de vida. Assim, cabe a partir desse momento analisar quais são os fatores que relacionam a população e as condições de vida em uma cidade.

## CAPÍTULO 2 - POPULAÇÃO E CONDIÇÕES DE VIDA NAS CIDADES

### 2.1 TEORIAS DA POPULAÇÃO

Os problemas oriundos do crescimento intenso e desordenado da população têm sido objeto de diversas doutrinas populacionais sendo que a mais amplamente discutida foi a de Thomas Malthus, por ser a primeira a chamar a atenção sobre as conseqüências de um crescimento populacional rápido e chegou a ser revivida no século XX com o neomalthusianismo<sup>8</sup>. Para Malthus a produção de alimentos não acompanharia o crescimento da população, conseqüentemente acarretaria a pobreza e fome generalizada. Quando a proporção chega a extremos, as pestes, epidemias e mesmo as guerras se encarregam de reequilibrar (temporariamente) a situação. Para ele, a única maneira de evitar essas catástrofes, seria negar qualquer assistência às populações pobres e recomendar-lhes a abstinência sexual, como forma de diminuir a natalidade (BUCHHOLZS, 1989).

Malthus, em sua obra *Ensaio sobre o princípio da população*, publicada em 1798, afirmava que a população que não é controlada cresce em progressão geométrica, enquanto que a produção de alimentos cresce apenas em progressão aritmética (BUCHHOLZS, 1989). Essa foi a primeira teoria demográfica de grande impacto e até hoje a mais popular de todas. Mas porque a população não cresceu proporcionalmente como previa Malthus? De acordo com BUCHHOLZ (1989), quatro estágios na transição demográfica são citados pelos economistas: na fase pré-industrial o advento dos maquinários para desenvolver atividades antes feitas artesanalmente proporcionaram um aumento nas taxas de mortalidade,

---

<sup>8</sup> O Neomalthusianismo é uma teoria demográfica que propõe o controle da natalidade como um dos requisitos fundamentais do desenvolvimento econômico (SANDRONI, 2001, p. 214).

contrabalançando com as altas taxas de natalidade. Na fase do desenvolvimento industrial, que seria o segundo estágio, a saúde do trabalhador melhorou e as taxas de mortalidade diminuíram e isso fez com que as taxas de natalidade parecessem exageradas. Foi nesse período que Malthus coletou seus dados, mas que foram desmentidos pelo terceiro estágio, quando a urbanização e a educação induziram muitas famílias a terem menos filhos. O resultado disso foi a queda da taxa de mortalidade, acontecendo o mesmo com a taxa de natalidade, diminuindo assim a curva da população. O quarto estágio é o que vivemos atualmente. Numa sociedade de informação e com pessoas mais esclarecidas, o controle da natalidade é utilizado com mais eficiência pelas famílias que planejam o número de filhos que terão. O fator renda é que vai determinar esse planejamento, na maioria dos casos. É preciso destacar, porém, que o atual estágio irá sofrer variações, uma vez que existem diversidades dependendo da sociedade analisada. Pode-se verificar na prática que os vários estágios ocorrem simultaneamente, dependendo do país ou mesmo da região do país analisada.

Malthus defendia a paixão entre os sexos como determinante para o crescimento natural da população. Isso provoca um aumento populacional que excede a capacidade da terra para produzir alimentos. A escassez de alimentos provoca a dificuldade da subsistência que é um fator restritivo, principalmente para a população mais pobre, que fica com a pior parte e a mercê do capitalismo empregador da mão-de-obra excedente. A miséria, para Malthus, serviria para controle do aumento populacional, uma vez que ela gera a fome, o desemprego e os baixos salários; além de provocar mortes, redução do número de matrimônios e, conseqüentemente, do número de filhos, pela dificuldade para sustentá-los (DAMIANI, 2002). Entretanto, deve-se observar que Malthus recebeu diversas

críticas quanto a isso. Para os críticos de sua teoria a situação de miséria não era gerada pelo aumento da população, mas, sim, pelas condições de subsistência que o homem teria para manter a si e a sua família.

A partir do momento que os cultivadores aumentam o emprego da mão-de-obra disponível, a miséria diminui e os fatores determinados por ela também. Dessa maneira a população volta a crescer (DAMIANI, 2002). Cabe dizer que, para Malthus, quanto maior o crescimento populacional, maior a miséria das populações mais pobres; que dependem da necessidade do mercado por mão-de-obra disponível. Damiani (2002, p. 14) informa que “Malthus discorda, inclusive, da assistência do Estado aos pobres, considerando-a nefasta, porque diminuindo a miséria a curto prazo, favorece o casamento e a procriação dos indigentes”.

Malthus acreditava que a alta fertilidade humana tem um impacto negativo sobre o bem-estar dos indivíduos e suas famílias. Para ele, as privações a que eram submetidas a população mais pobre estavam diretamente relacionadas a tendência dessa população de se casar e se reproduzir. Malthus acaba descartando a capacidade dos pobres de se sustentarem e aos seus filhos.

Uma das críticas feitas à visão malthusiana veio de Marx que se opôs à visão da sociedade que condenava a pobreza como comportamento irresponsável do próprio pobre. Marx acreditava que os fatores de ordem social e econômica eram os grandes responsáveis pelas condições de miséria na sociedade. A fertilidade humana não era vista por Marx como a causa da miséria, mas sim a desigualdade econômica que permeia nas sociedades capitalistas (DAMIANI, 2002).

Damiani (2002, p. 16) informa que, para Marx, “o pobre não é somente aquele privado de recursos, mas aquele capaz de apropriar-se dos meios de subsistência, por meio do trabalho”. Portanto, as condições que o colocam diante dos meios de

subsistência são geradas a partir do seu salário, independente de suas condições orgânicas. Vale lembrar que, no capitalismo, a finalidade da produção é o lucro, e não a satisfação das necessidades da população (DAMIANI, 2002).

Marx reconhecia a existência de uma relação entre a acumulação de capital e o crescimento numérico do proletariado. Para ele, a demanda de mão-de-obra é função do volume e da evolução do capital variável. Quando o capital cresce menos rapidamente que a população economicamente ativa, ou quando ele se reduz devido a crises de superprodução, cria-se um excedente de mão-de-obra (superpopulação relativa), que irá engrossar os chamados exércitos de reserva do sistema capitalista. De acordo com Szmrecsányi (in Santos et al., 1980, p. 269), Marx distinguia três tipos de superpopulação relativa:

- (a) o exército de reserva flutuante, que resulta do desemprego conjuntural;
  - (b) o exército de reserva latente, produzido pelo subemprego na agricultura; e
  - (c) o exército de reserva estagnado, decorrente do desemprego tecnológico.
- Para ele, o crescimento vegetativo da população não bastava para engrossar as fileiras do exército de reserva – qualquer que fosse a modalidade do mesmo. O crescimento do exército de reserva dependia fundamentalmente da atuação de fatores econômicos, como a ocorrência das crises de conjuntura, ou como a modernização da agricultura.

David Ricardo, economista clássico, também acreditava que ao homem não interessava o quanto de alimento era produzido e sim a ocupação da sua mão-de-obra para garantir sua subsistência. Para aquele autor, são os meios de emprego e não os de subsistência que colocam o homem na categoria de população excedente (DAMIANI, 2002).

Já Adam Smith destacava as condições de subsistência como fator determinante de controle da população, conforme informa Szmrecsányi (in Santos et al., 1980, p. 265), com os seguintes comentários:

- (a) Tanto a natalidade como a mortalidade são maiores entre classes mais pobres da população. A pobreza, dizia ele, não impede o casamento e a procriação,

mas dificulta a sobrevivência; ela impõe limitações à multiplicação da espécie, principalmente através da alta mortalidade infantil.

(b) A população humana se multiplica de acordo com seus meios de subsistência, cuja disponibilidade depende não apenas da existência de recursos naturais (principalmente terras cultiváveis), mas também da produtividade da força de trabalho.

(c) O crescimento da população sempre constitui indício de prosperidade econômica. A riqueza crescente gera maiores salários e estes induzem o crescimento da população.

Smith (in SANTOS et al, 1980) afirmava que a demanda por mão-de-obra e os salários mais elevados induziriam ao crescimento da população através de uma queda da mortalidade, seguida de uma intensificação da nupcialidade e da fecundidade.

## **2.2 OS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS**

Para permitir a compreensão dos vários aspectos demográficos é necessário analisar alguns conceitos fundamentais a esse respeito, iniciando-se primeiramente pelo conceito de população. A população se apresenta numa noção bastante diversificada pelo tempo, uma vez que possui uma dimensão biológica, já que seus indivíduos apresentam um ciclo: nascimento, desenvolvimento/reprodução e a morte.

Além da dimensão biológica, a demografia refere-se ao estudo das populações humanas e sua evolução temporal, no tocante ao seu tamanho, sua distribuição espacial, sua composição e suas características gerais. Em estatística, a palavra população refere-se a um conjunto de elementos com características comuns. Na demografia a população trata-se de um conjunto de seres humanos com uma determinada característica, por exemplo, o conjunto de habitantes de certo país ou região ou de um grupo etário. Ao se caracterizar uma população pondera-se

inicialmente o seu tamanho: quantas pessoas existem em uma localidade? Partindo desse ponto, outros fatores são levantados quanto à composição dessa população, qual sua faixa etária, quantas pessoas existem do sexo feminino/masculino, quantas são economicamente ativas. Quanto ao que afeta o tamanho da população deve-se considerar certos fatores: quantos nascem, quantos morrem, quantos migram.

Em termos mais amplos, a definição de população relaciona-se a todos os tópicos tratados pelo demógrafo e pelo geógrafo, incluindo tudo o que se refere ao ser humano e as Ciências Sociais. Análises sobre a dinâmica populacional são necessárias para que se possam avaliar os índices de qualidade de vida de uma determinada população.

Uma área densamente povoada não é necessariamente superpovoada. Tal referência não está relacionada apenas ao número de habitantes por km<sup>2</sup> ou outra unidade qualquer de área, mas ao nível de desenvolvimento sócio-econômico e tecnológico da população em relação à área ocupada. O superpovoamento ocorre quando existe um desequilíbrio entre as condições sócio-econômicas da população e a área ocupada. Sauvy, Brown e Lefebvre (1979, p. 190) afirmam que “os testes de superpovoamento baseiam-se na falta de qualquer coisa: falta de alimento, por exemplo, de recursos naturais, ou mesmo do espaço”.

No Brasil a pesquisa demográfica é realizada por diversos tipos de entidades, algumas delas oficiais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e outras de caráter estadual, em geral, ligadas a universidades e a entidades particulares, como o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), e o SEADE – SP (Sistema Estadual de Análise de Dados - Portal do Governo do estado de São Paulo), este último apresenta cerca de 500 variáveis reunidas em 23 temas socioeconômicos e

demográficos para cada um dos municípios paulistas e regiões do Estado. As pesquisas de caráter oficial são realizadas através de recenseamentos decenais, por pesquisas domiciliares e por amostras de periodicidade anual<sup>9</sup> (SAUVY; BROWN E LEFEBVRE, 1979). Com a evolução da população e das necessidades econômicas de crescimento, o conteúdo dos recenseamentos foi aumentando de maneira progressiva para que se pudesse estabelecer uma definição detalhada do contexto social e material em que se encontra a população recenseada: habitação, emprego, moradia, mobilidade, grau de instrução, condições econômicas, entre outros.

Para Hauser e Duncan (in SANTOS et al, 1980, p. 10) a composição populacional vai além das variáveis demográficas, incluindo outros fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida da população, entre eles, a migração:

(...) a composição populacional envolve não apenas as chamadas variáveis demográficas – como a idade, o sexo e o estado civil – mas também variáveis que se aproximam da idéia de “qualidade” de vida, como saúde, capacidade mental e nível de qualificação; por sua vez, o termo “mobilidade social” é entendido como mudança dos indivíduos da condição de solteiros a casados, bem como mudanças através da natalidade, da mortalidade e da migração.

Sauvy; Brown e Lefebvre (1979) analisa dois tipos de migrações: as internacionais, que são deslocamentos voluntários de um país para o outro, que podem ser individuais ou em grupos, com uma duração mínima de um ano; e as migrações internas, que são deslocamentos voluntários duráveis que ocorrem no interior do país. Para Renner e Patarra (in SANTOS, 1980, p. 237) a migração é definida “como uma forma de mobilidade espacial entre uma unidade geográfica e outra, envolvendo mudança permanente de residência”. Tanto Sauvy; Brown e Lefebvre (1979) como essas autoras excluem populações nômades, o movimento

---

<sup>9</sup> Esse tipo de pesquisa, realizado anualmente, é feito através do PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

de pessoas com mais de uma residência e os deslocamentos sazonais (trabalho, férias, turismo etc.).

Através do recenseamento pode-se conhecer o número de pessoas que deixaram seus lugares de nascimento para cada unidade geográfica que corresponde a sua residência atual (no último recenseamento). As migrações internas são na maioria das vezes motivadas por fatores de ordem econômica. Conhecer o motivo que atrai as pessoas para uma determinada região é importante para o seu planejamento urbano, para a implantação de novas atividades econômicas em função das necessidades de emprego e dos recursos de mão-de-obra, construção de residências, equipamentos escolares, atendimento médico hospitalar, estradas etc. (SAUVY; BROWN E LEFEBVRE, 1979).

Um dos tipos de migração avaliados é o êxodo rural estimado pelo saldo negativo entre o crescimento total e o crescimento natural da população do campo. No entanto não podem ser confundidas as migrações agrícolas, vista como profissionais e o êxodo rural, observados como migrações geográficas, apesar de acontecerem juntos, possuem um teor diferente (SAUVY; BROWN E LEFEBVRE, 1979).

Tomado com um sentido mais amplo, o êxodo rural é a saída de um grande número de pessoas das zonas rurais com destino aos grandes centros urbanos por diversos motivos tais como: a insatisfação com a política econômica/agrícola, social e, até mesmo, com o espaço em que se encontram. Em consequência desse quadro surgem diversos aspectos negativos, tanto no campo quanto na cidade, tais como: aumento da delinqüência e da criminalidade, marginalidade social, proliferação das favelas e outros tipos de habitação. Para as cidades, o aumento desordenado da população provoca, além dos males já citados, o alto índice de desemprego, pois, as

indústrias quase sempre são incapazes de absorver toda a mão-de-obra que para lá se deslocam. Damiani (2002, p. 44) afirma que “a agricultura de subsistência se desloca, assim das terras mais férteis, ocupadas pela agricultura capitalista, (utilizada, de modo geral para a produção de artigos exportáveis e matérias-primas industriais) para terras menos férteis, e mais distantes dos mercados”.

Renner e Patarra (in SANTOS, 1980, p. 255) realçam a força de decisão individual referindo-se aos motivos que levam o indivíduo a migrar de seu lugar de origem para um outro lugar, talvez, desconhecido. A motivação pessoal seria a que determina, frente aos estímulos externos, quem fica e quem sai de uma área de origem ou de uma área intermediária no fluxo migratório.

No que se refere à migração, Singer, citado por Renner e Patarra (in SANTOS, 1980) dispensa o caráter psicológico como fator explicativo e aponta a migração como parte do movimento do processo de transformação global da sociedade. Dessa maneira a migração é vista como parte do desenvolvimento econômico e não mais como resultado dele.

## 2.3 AS CONDIÇÕES E A QUALIDADE DE VIDA

### 2.3.1 Os conceitos de condição de vida

O conceito de condição de vida, no qual se interligam diversas abordagens e diversas problemáticas, de certa forma está intimamente ligado ao conceito de comodidade, ou seja, que garanta bem-estar, satisfação física ou moral, a quem dela possa ter acesso. Em um país onde milhões de pessoas não têm suas necessidades básicas atendidas torna-se difícil mensurar o grau de prioridade dessa discussão acerca das condições adequadas de vida. É na busca por essas

condições que muitas decisões políticas em diversas áreas de atuação são e devem ser tomadas.

Mesmo com a imprecisão da sua definição em relação aos aspectos subjetivos e objetivos, Corrêa e Tourinho (2001) afirmam que deve existir um consenso entre os teóricos, que deve levar em consideração tanto os aspectos objetivos quanto os subjetivos, uma vez que a presença de excelentes condições objetivas de vida não significa, por outro lado, condições de satisfação pessoal.

Existem necessidades que são essencialmente humanas, como as condições de habitação, de saúde, saneamento básico, entre outros fatores que estão ligados à infra-estrutura do lugar. Há também outros aspectos que se pode considerar como ligados às necessidades humanas, que não se relacionam diretamente à questão da infra-estrutura, mas promovem alterações significativas no seu bem-estar; são aqueles ligados ao meio-ambiente, aos patrimônios históricos e culturais, ao lazer, ao esporte.

É indispensável estabelecer uma distinção entre aqueles aspectos considerados individuais, como a condição econômica dos indivíduos, e aqueles de dimensão coletiva, como os serviços públicos básicos. Da mesma maneira, faz-se necessário estabelecer uma distinção bastante clara entre os que são considerados objetivos e os classificados como subjetivos. Os primeiros podem ser observados através de indicadores de natureza quantitativa, por exemplo, renda média per capita, que pode ser registrada por meio de um questionário, os segundos classificam-se de maneira subjetiva a partir do conceito que cada indivíduo faz das condições de vida adequadas a ele, como necessidade de acesso aos bens culturais, que pode ser melhor avaliada através de uma entrevista.

As condições de vida de uma população podem ser classificadas de diversas formas, como se segue:

**Condições ambientais:** estão relacionadas ao ambiente em geral, aos aspectos naturais, físicos e sociais. Em termos de qualidade de vida, essa preocupação com o cuidado e a preservação de áreas verdes, além de melhorar a qualidade do ar, traz fatores positivos à população, como a ampliação das áreas de lazer.

Os cuidados ambientais vão além da simples preservação dos recursos naturais. Com o aumento da produção de bens e serviços e com o uso de produtos naturais na composição desses produtos, alguns elementos (animais, vegetais e minerais) acabaram por tornarem sua presença limitada na natureza e outros praticamente foram extintos.

Certas condições ambientais influenciam diretamente nas condições de saúde da população, como a qualidade do ar e da água. Geralmente esses dois fatores sofrem alterações devido à ação do próprio homem. A poluição atmosférica, nas áreas urbanas, tem aumentado devido à crescente atividade industrial e ao aumento do número de veículos motorizados em circulação. A qualidade do ar urbano tem causado sérios problemas às condições de vida das pessoas, das plantas e dos animais que vivem nas cidades.

O clima é outro fator que influencia nas condições de saúde da população, havendo um aumento considerável de problemas respiratórios que atinge adultos e crianças nos meses mais frios. Isso reflete diretamente na demanda por serviços da saúde pública.

**Condições de infra-estrutura:** estão relacionadas aos interesses coletivos, que incluem equipamentos de infra-estruturas, geralmente de responsabilidade do

Estado ou Município, devendo estar ao alcance de todos os moradores de uma cidade ou região. Alguns equipamentos, como os culturais, oferecem à população atividades relacionadas ao lazer, são os culturais: cinemas, teatros, galerias etc.

Algumas atividades podem ser oferecidas também em praças públicas, parques ou mesmo em uma rua ou locais fechados.

**Condições sócio-econômicas:** referem-se às condições sociais e econômicas que a cidade pode oferecer aos seus habitantes, principalmente no quesito renda, uma vez que ela é um dos fatores que irá modificar as demais determinantes como: consumo, habitação, moradia e também o lazer. Também estão relacionadas as escolhas individuais: educação, cultura, saúde, segurança etc.

### 2.3.2 A qualidade de vida

Muitos elementos estão baseados na possibilidade dos indivíduos usufruírem a saúde, a educação, a alimentação adequada, a habitação em um ambiente estável e saudável, a equidade, a igualdade entre os sexos, da dignidade e da segurança (COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA, 1998). Cada pessoa define os fatores que considera essenciais à sua qualidade de vida. Nem todos pensam da mesma maneira ou possuem as mesmas necessidades. Tal afirmação é feita partindo do ponto que supridas as necessidades básicas (saúde, educação e habitação), os demais fatores passam a ser variáveis subjetivas a cada indivíduo.

Sen (in Herculano, 1998) define a qualidade de vida a partir de dois conceitos, a *capacitação*, que representa as possíveis combinações de coisas que uma pessoa

está apta a fazer ou ser, e *funcionalidades*, que representa partes do estado de uma pessoa – as várias coisas que ela faz ou é. Dessa maneira, a qualidade de vida pode ser avaliada em termos de capacitação para alcançar funcionalidades elementares como nutrir-se adequadamente e as que envolvem a integração social, fazer parte da vida em comunidade. Sen (in Herculano, 1998, p. 83) ainda faz as seguintes considerações a respeito da capacitação e da qualidade de vida:

A capacitação não se mede pelas realizações efetivas de uma pessoa, mas pelo conjunto de oportunidades reais que ela tem em seu favor. A qualidade de vida não deve, portanto, ser entendida como um mero conjunto de bens, confortos e serviços, mas, através destes, das oportunidades efetivas das quais as pessoas dispõem para ser. Oportunidades dadas pelas realizações coletivas, passadas e presentes.

A qualidade de vida ultrapassa os aspectos considerados objetivos e que englobam as condições materiais. Por esse motivo existe a necessidade de indicadores sociais que auxiliam na mensuração da qualidade de vida, analisando as condições de bem-estar da população que dizem respeito à coletividade e a participação na vida comunitária. Os indicadores facilitam a tomada de decisões, pois pelos processos de quantificação e simplificação da informação, informam/formam a opinião pública, teoricamente de importância vital em sistemas democráticos. Deve-se levar em consideração que os indicadores não são permanentes (Herculano, 1998).

Uma das maneiras pelas quais é avaliado o índice de qualidade de vida dos municípios brasileiros é através de dados elaborados com base no IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). De acordo com o IPARDES (2003), o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de um município é elaborado com base nos indicadores de educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade (medida pela esperança de vida ao nascer, sintetizando as condições de salubridade

e saúde do local) e renda da população. (é o somatório das rendas - conforme respostas ao questionário expandido das amostras do Censo Demográfico - de todos os residentes divididos pela população).

No Paraná, O IPD (Instituto Paraná Desenvolvimento) criou o “Programa de Indicadores de Qualidade de Vida das Comunidades do Paraná”. O programa tem por objetivo estimular a participação da população paranaense na solução dos problemas de sua comunidade a fim de aumentar sua qualidade de vida. Baseia-se no acompanhamento de indicadores que permitem avaliar as condições de vida da população. A escolha dos indicadores pelo IPD (1988, p. 08) levou em consideração os seguintes atributos:

- São **universais**, isto é, servem para a maioria dos municípios do Paraná.
- São **confiáveis**, isto é, são obtidos em fontes fidedignas.
- São **simples**, isto é, permitem coleta direta, sem exigir sofisticação estatística.
- São **essenciais**, isto é, tratam fundamentalmente da qualidade de vida.
- São **representativos**, isto é, espelham bem uma determinada realidade.
- São **passíveis de interferência**, isto é, podem ser influenciados pela vontade dos cidadãos.
- São **aceitos nacional/internacionalmente**, isto é, são capazes de ser compreendidos e valorizados por organizações de desenvolvimento nacionais e internacionais.
- São **didáticos**, isto é, valem também pelo estímulo educativo que o esforço de melhorá-los enseja.

A avaliação é realizada, antes de qualquer coisa, para informar aos cidadãos o estado da qualidade do lugar onde vivem. O IPD (1998, p. 12) afirma que:

Ambientes com qualidade de vida crescente, além de serem bons para se viver, são crescentemente atrativos para negócios que dependem de qualidade (da mão-de-obra, da educação etc.). Embora o mundo dos negócios seja complexo e exija várias outras condições simultâneas, uma constatação é fundamental: **Desenvolvimento é aumento de qualidade.**

Por entender que os indicadores de qualidade de vida devem ser desagregados, isto é, mensurados localmente, Herculano (1998) listou determinados pontos indicadores para análise dessa qualidade. Alguns desses pontos serão primordiais para a análise da qualidade de vida na cidade de Ponta Grossa. Para isso, elaborou-se o QUADRO 01, com os principais indicadores sugeridos por Herculano (1998).

### 2.3.3 Condições de vida e a infra-estrutura urbana básica

O conceito para condições e qualidade de vida pode variar de indivíduo para indivíduo, de acordo com os diferentes padrões de cultura e de renda em função da amplitude dos elementos envolvidos na questão.

Observa-se a qualidade de vida como algo inerente ao espaço, atuando sobre a vida do homem de maneira qualitativa e quantitativa. O Poder Municipal deve assegurar à população o acesso às condições adequadas de vida, o que determina a função social da cidade, isso significa, entre outras, a garantia de condições dignas de moradia expressa no acesso a um transporte urbano de qualidade, a educação, a cultura, a saúde pública e, ainda, a uma infra-estrutura urbana adequada.

QUADRO 01 - INDICADORES DA QUALIDADE DE VIDA EM SEU CONJUNTO

<b>Qualidade Habitacional</b>	- Média de pessoas por m <sup>2</sup> domiciliar; quantidade de domicílios ligados às redes de abastecimento de água; de eletricidade; de esgotos, de telefonia; extensão dessas redes e das vias urbanas calçadas.
<b>Qualidade educacional</b>	Matrículas escolares/população em idade escolar; nível médio de escolaridade; nível médio de escolaridade feminina (considerada como fator alavancador de desenvolvimento); número de professores secundários/população em idade escolar; número de jornais e de livros vendidos; número de livrarias disponíveis; número de centros culturais/população.
<b>Qualidade da saúde</b>	Expectativa de vida; mortalidade infantil; morbidade materna; número de leitos e de médicos à disposição da população; relação de mortes por pacientes hospitalares; quantidade de proteína animal distribuída à população de menos de 15 anos pela rede pública de ensino e pelas creches.
<b>Qualidade do transporte coletivo</b>	Assentos/hora disponíveis sobre trilhos para a população urbana e interurbana; assentos/hora por veículo coletivo; tempo médio de deslocamento entre moradia e local de trabalho.
<b>Qualidade ambiental urbana</b>	Área verde e/ou áreas amenas urbanas <i>per capita</i> ; distância média entre as moradias e essas áreas; níveis de emissão de CFC (clorofluorcarbono), de dióxido de carbono e de outros dejetos químicos; volume e qualidade de água potável; destino dado ao lixo; valor de equipamentos industriais anti-poluição existentes/valor da produção.
<b>Moradia</b>	Habitar um lugar saudável, de clima ameno, limpo, dotado de água, luz, saneamento e energia, ligados ao mundo por todos os meios da tecnologia comunicacional, acessível, mas sossegado, seguro (sem catástrofes ambientais, sem ameaças de pestes, epidemias e endemias, sem riscos industriais e sem violência humana), com pólos locais de convívio, de educação, cultura e esportes (escolas, bibliotecas, cinema, teatro, ginásios desportivos), onde haja beleza natural, espaço e lazer e contato com a natureza não-degradada.
<b>Trabalho</b>	Além da sobrevivência financeira, preservação da própria saúde no processo de trabalho, um sentido de realização, de criação, com todos os bons aspectos físicos já acima apontados para a habitação, acrescidos de uma boa convivência e, o mais importante, sem tempos de trabalho extensos e rígidos.
<b>Natureza</b>	Equilíbrio entre uma natureza preservada na sua biodiversidade, em que bancos genéticos, mananciais de águas, fontes alimentares e de matérias-primas sejam respeitados, e, no que se refere ao meio urbano, a presença da natureza seja mantida, para o convívio ameno e repousante do urbanista com outros seres vivos – animais e vegetais – em espaços amplos, abertos, belos e acessíveis.

Fonte: Herculano (1998)  
Org.: Lara, P.Q. (2004)

Para atender as finalidades de realização deste estudo serão avaliadas as condições de vida na cidade de Ponta Grossa (PR) através do acesso ou não da população aos serviços de infra-estrutura urbana básica, entendendo-se como o conjunto de serviços públicos urbanos, divididos em dois grupos principais, como destaca Puppi (in LOPES 2001, P. 8):

- os que objetivam a proteção da saúde pública: abastecimento de água, de esgotos, de coleta e remoção do lixo e de limpeza pública;
- os que se destinam à conveniência ou benefícios à população, voltados ao “conforto”: geração e distribuição de energia elétrica, iluminação pública, telefone, distribuição de gás combustível, transporte coletivo, corpo de bombeiros, entre outros.

Os componentes escolhidos para avaliação das condições de vida na cidade foram: abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e pavimentação.

## **CAPÍTULO 3 – O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR)**

### **3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONSTRUÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA URBANA EM PONTA GROSSA (PR)**

A ocupação das terras dos Campos Gerais ocorreu na primeira década do século XVIII, tendo como limites o vale do Rio Iguaçu na região sul e o extremo norte demarcado pelo Rio Itararé. Sendo um local próprio para pecuária, a região dos Campos Gerais logo se tornou passagem obrigatória na rota do comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e Minas Gerais. A crescente necessidade de abastecimento colonial impulsionou o mercado interno brasileiro e a gradativa integração das economias regionais, favorecendo também a ocupação de regiões do interior do Paraná. Essa ligação inter-regional era feita pelo Caminho de Viamão, que compreendia três rotas, sendo a via mais utilizada denominada de Estrada Real, passando pelos campos de Vacaria, Lages, Campos Gerais e Itararé, chegando a Sorocaba (CHAVES; DITZEL, 2003).

A cidade de Ponta Grossa apresenta características marcantes em sua história e que, ainda hoje, influenciam em seu desenvolvimento, principalmente pela sua colonização, a princípio como núcleo de colonização jesuíta (finais do século XVI), passando a se inserir dentro do processo mais intensivo do povoamento dos Campos Gerais, o que só ocorreu em finais do século XVII, segundo Paula (In: DITZEL e SAHR, 2001). Os Campos Gerais do Paraná, ricos em pastaria, tornaram-se desde o início do século XVIII, um importante criatório pecuarista e um dos pontos mais requisitados para invernagem do gado que era transportado pelo

Caminho das Tropas do qual Ponta Grossa fazia parte e que ligava os grandes centros criadores do Rio Grande do Sul ao principal mercado de gado em Sorocaba (SP).

Em 1853, de acordo com Lange (1998, p. 107), a freguesia de Ponta Grossa estava estruturada da seguinte maneira:

(...) 17 quarteirões com 650 fogos em que residem 3033 pessoas, das quais são homens 1652, e mulheres 1381. (...) Tem a freguesia 1 igreja, 1 cemitério, 6 lojas de fazendas, 9 armazens de molhados, 3 açougues, 3 engenhos, 16 fazendas de criar e 543 sítios de lavoura.

A partir de 1877, o Governo Imperial incentivava a vinda de estrangeiros, propiciando uma outra constituição da população. A vinda dos imigrantes: poloneses, alemães, ucranianos, russos, italianos alterou o perfil do município provocando, além do crescimento populacional no município, uma diversidade cultural e a incrementação do comércio local.

Outra característica que alterou o desenvolvimento econômico, a configuração espacial e o aumento da população urbana do município foi a vinda da estrada de ferro, que proporcionou o desenvolvimento da urbanização estimulado pela extensão da Estrada de Ferro do Paraná, em 1894 e em 1896, com o início da construção da estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (GONÇALVES; PINTO, 1983).

Em 1890 a população da cidade era de 4.774 pessoas distribuídas por 30 ruas e travessas. A chegada da estrada de ferro trouxe alguns benefícios à cidade além do acesso facilitado a diversos lugares do país. Em 1906 foi construída a Associação Beneficente 26 de Outubro, um hospital destinado a atender os ferroviários e suas famílias. A maior concentração de ferroviários estava nos bairros de Uvaranas (nas proximidades do atual Campus da Universidade Estadual de

Ponta Grossa) e em Oficinas. Por esse motivo, em 1922, foram construídas escolas públicas nesses locais (CHAMMA, 1988).

Somente em 03 de maio de 1905, Ponta Grossa passa a ter acesso à luz elétrica com a instalação da Companhia Guimarães & Ericksen Filho. Anteriormente a iluminação era realizada por lampiões e, em 1930, o contrato de fornecimento passou para a Companhia Prada por um período de 50 anos, gerando problemas posteriores, uma vez que a cidade crescia e a companhia não acompanhava esse crescimento expandindo seus serviços. Isso fez com que muitas indústrias deixassem de instalar suas filiais na cidade (CHAMMA, 1988).

Em 1912 foi executada a construção da rede de água e esgoto. Antes disso, as casas possuíam somente poços e fossas negras. Em 1911 a cidade passa a contar com os serviços telefônicos (CHAMMA, 1988).

O crescimento de Ponta Grossa nas primeiras décadas do século XX se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece, sobretudo, as regiões sudeste e sul do país. Esse desenvolvimento resulta de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos.

A partir da década de 30, a cidade possui um espaço urbano normatizado, com ares de cidade moderna, tendo a região central um sistema viário dotado de infra-estrutura adequada: calçamento, meio-fio, calçadas, esgoto e escoamento de águas pluviais (LANGE, 1998).

Por volta de 1940, Ponta Grossa tornou-se um pólo regional do Paraná, transformando-se na segunda maior cidade do estado em contingente populacional.

Em 1950, houve um grande avanço na região norte do estado, impulsionado pela cafeicultura, propiciando-lhe uma grande importância política e econômica. Esse fato desvirtuou o crescimento que a cidade vinha tendo até então. (CHAVES; DITZEL, 2003).

Durante a gestão do prefeito Cyro Martins, iniciada em 1969, foi criado um plano de desenvolvimento, o PLADEI – Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa, através da Lei nº. 2.157, que destinava parte da receita tributária do município à reversão de estímulos fiscais para a instalação de indústrias, o que aumentou consideravelmente o número de indústrias no município. Para atender a demanda industrial por energia elétrica, o prefeito Cyro Martins conseguiu rescindir o contrato com a Companhia Prada de Energia, passando o atendimento a COPEL – Companhia Paranaense de Energia Elétrica (CHAMMA, 1988).

Com o advento da indústria, a cidade sofre transformações na sua estrutura interna, com maiores investimentos em pavimentação, construção de praças e melhoria na iluminação pública nos bairros. Para a área industrial a instalação de cabos de telefonia incrementou esse setor.

De acordo com Chamma (1988), a década de 1980 se destinou a melhoria da infra-estrutura urbana da cidade; melhorando as rodovias de acesso à cidade. A transferência da estrada de ferro da região central para o bairro de Uvaranas favoreceu a expansão da malha urbana e fez crescer a periferia da cidade.

A partir da década de 1990 houve obras que incrementaram o desenvolvimento da cidade, realizadas com verbas federais que possibilitaram a melhoria em diversos setores: saúde, habitação, educação e também o lazer.

O município de Ponta Grossa manteve a maior parte da sua população urbana no distrito-sede. Os seus demais distritos, Itaiacoca, Uvaia, Guaragi e

Piriquitos mantiveram-se basicamente rurais, o que pode ser observado ainda hoje. Para um melhor entendimento da análise da população no município, deve-se levar em consideração as alterações ocorridas na sua divisão territorial nos diferentes momentos do censo, conforme apresenta Lowen (1990).

Existem dados populacionais em Ponta Grossa baseados em arquivos da Câmara Municipal de recenseamentos, conforme argumenta GONÇALVES e PINTO (1983).

QUADRO 02 – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE PONTA GROSSA

<b>ANO</b>	<b>Número de Habitantes</b>
1824	1.330
1835	2.250
1842	3.200
1870	6.490
1890	4.774
1900	8.335
1920	20.171

Fonte: Org. Scheffer (2003, p. 41) – dados extraídos do livro de Gonçalves; Pinto (1983).

Até 1909 o município de Ponta Grossa era formado unicamente pelo distrito sede, quando se cria o distrito de Itaiacoca denominado, primitivamente, de Cerrado, nome dado devido a existência neste distrito de mais de 300 eleitores e da sua distância em relação a cidade, que era de 14 léguas. Em 1931 o distrito de Conchas é anexado a Ponta Grossa, o que gerou um acréscimo de aproximadamente 1.400 habitantes ao município. A partir de 1943 esse distrito passa a ser denominado Uvaia. Dessa maneira, para os anos de 1940 e 1950, o município é formado por três distritos: o distrito-sede, Itaiacoca e Uvaia (LOWEN, 1990).

No ano de 1957, o distrito de Guaragi integra-se a Ponta Grossa, representando um aumento de 2.550 habitantes. Guaragi já havia pertencido a Ponta grossa no período entre 1900 e 1940, porém, entre 1940 e 1957 permaneceu anexado ao município de Palmeira. O distrito foi reintegrado a Ponta Grossa após resultado de plebiscito (LOWEN, 1990).

Por fim, cria-se o distrito de PiriQUITOS, em 1962, com o desmembramento de dois já existentes: Ponta Grossa e Uvaia. Esse distrito tem sua delimitação alterada em dois momentos, em 1965 e 1979 (LOWEN, 1990). Houve um decréscimo populacional devido ao desmembramento do território de Conchas que foi elevado a categoria de freguesia.

### 3.2 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA URBANA

Ponta Grossa possui uma posição geográfica estratégica e por esse motivo a cidade é considerada um dos principais troncos rodo-ferroviários do sul do país, devido a sua posição física e as suas rodovias e ferrovias que permitem o acesso a diversas regiões estaduais e interestaduais, bem como o escoamento da produção. Esse fato propiciou o adensamento populacional facilitando o trânsito de pessoas entre as cidades e regiões vizinhas.

Em 2004, o município de Ponta Grossa contava com uma população de aproximadamente 295.383 habitantes, segundo estimativas do IBGE. Através do Censo de 2000 realizado por esse mesmo órgão, a maior parte da população se concentrava na área urbana (266.863 habitantes) enquanto o restante (6.933 habitantes) se encontrava na área rural, conforme demonstra o QUADRO 03. Pode-se verificar que a cidade teve um processo de urbanização acelerado em relação ao

crescimento da população rural, que apresentou números pouco expressivos (SCHEFFER, 2003).

Com a expansão da malha urbana de Ponta Grossa expandem-se também os problemas com relação à infra-estrutura urbana básica: água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo. O centro reúne as principais atividades urbanas e por ser um local de grande circulação de pessoas concentra uma infra-estrutura mais completa. Por razões históricas do surgimento da cidade, os serviços de infra-estrutura urbana básica eram instalados primeiramente nessa área, só mais tarde sendo levados aos demais bairros do município. Quanto mais distantes os bairros da região central mais caro se tornam para que os serviços cheguem a esses locais.

QUADRO 03 - O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE PONTA GROSSA (PR) ENTRE 1940 E 2000

<b>ANO</b>	<b>POPULAÇÃO URBANA (Nº)</b>	<b>CRESCIMENTO ANUAL (%)</b>
1940	29.360	3,9
1950	42.875	6,1
1960	77.803	3,7
1970 <sup>(1)</sup>	112.253	4,3
1980	171.818	2,5
1991	219.555	2,4
2000	266.552	

Fonte: Sahr (in DITZEL; SAHR, 2001)

(1) Incluída parte da população urbana que atualmente pertence à área do Distrito Sede de Ponta Grossa.

A infra-estrutura urbana analisada em Ponta Grossa é avaliada para determinar as condições de vida da população, através da presença ou não desses serviços na cidade. Para melhor visualização o CARTOGRAMA 01 espacializa a

divisão dos bairros na área urbana de Ponta Grossa (PR) e a localização do município no Estado do Paraná. Através deste cartograma e da descrição destes bairros busca-se proporcionar um melhor entendimento acerca da cidade e das peculiaridades predominantes em cada bairro.

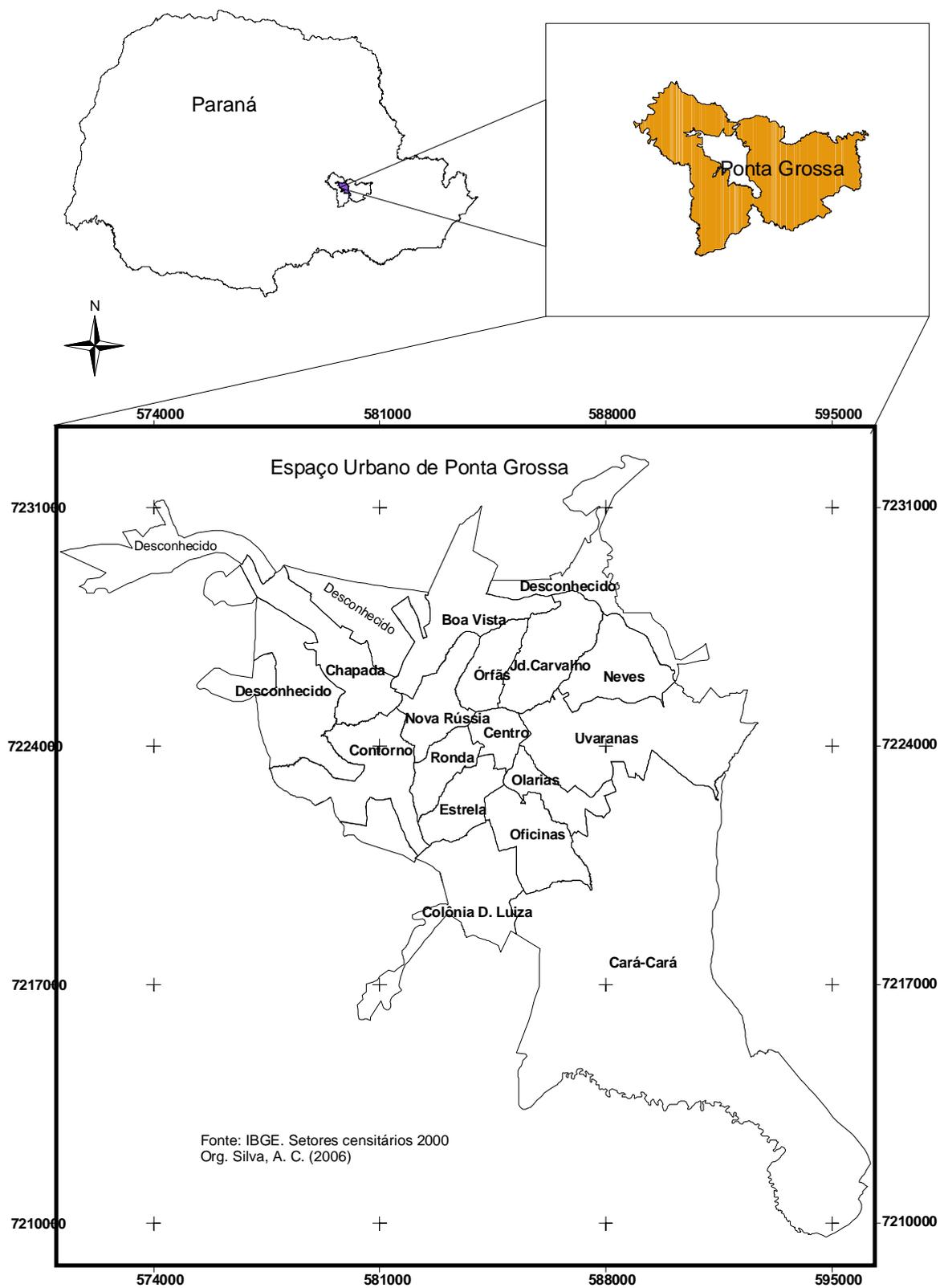
Os processos de especulação imobiliária acabaram por criar em Ponta Grossa vazios urbanos que intensificam a problemática urbana, sendo um deles a dificuldade de implantação de infra-estrutura. Com isso os bairros mais afastados do centro sofrem com a falta desses serviços, muitas vezes indispensáveis para que tenham condições de vida adequadas.

Em relação às condições de vida encontradas na cidade e a classificação dada para cada bairro de acordo com a disponibilidade ou não dos serviços de infra-estrutura urbana disponíveis nesses locais, é preciso discutir a característica principal de cada um deles para melhor compreensão dos aspectos que os classificam como excelentes, bons, regulares e ruins.

**Centro:** a região do Centro é o elo de todos os bairros e é onde se concentram todos os tipos de serviços (escolas, hospitais, bancos), além de apresentar um amplo e variado comércio. Também na região central está localizado o Terminal Central de Transporte Coletivo. Algumas atividades de lazer também podem ser encontradas no Centro.

**Estrela:** conhecido por abrigar uma população de maior poder aquisitivo, podendo ser caracterizado por bairro residencial. Sua ligação com o Centro se faz através das ruas Joaquim de Paula Xavier e pela Avenida Balduino Taques. Também se liga ao bairro da Ronda por meio da Rua Conrado Schiffer.

## CARTOGRAMA 01 – DIVISÃO DE BAIRROS NA ÁREA URBANA DE PONTA GROSSA



**Órfãs:** possui uma concentração maior de atividades comerciais, valorizadas pela proximidade com a região central, que se liga ao bairro pelas avenidas Balduino Taques e Anita Garibaldi. Atualmente esse bairro está bastante valorizado porque nele se localiza a maior parte dos luxuosos condomínios fechados da cidade, principalmente a região em torno destes condomínios. Tanto no bairro das Órfãs, como da Estrela e do Centro a faixa de renda da população entrevistada se concentrou principalmente entre 4 e 5 salários mínimos.

**Jardim Carvalho:** possui como eixo principal a Avenida Monteiro Lobato onde está concentrada grande parte das atividades comerciais deste bairro, concentrando também um grande fluxo de veículos, uma vez que é através desta avenida que se tem ligação com uma das saídas da cidade. Sua distribuição populacional é bastante diversificada e concentra as mais variadas classes sociais. As melhores casas e os moradores de melhor poder aquisitivo se reúnem, principalmente, nas proximidades do Colégio Marista PIO XII. Também no Jardim Carvalho se localizam a UFTPR (Universidade Federal Tecnológica do Paraná), antigo CEFET, o Colégio Polivalente e a sede da ABO (Associação Brasileira de Odontologia).

**Neves:** reúne dois núcleos habitacionais que são o Rio Verde e a 31 de Março e os loteamentos Lagoa Dourada e San Martin. Controlados pelas Leis de Zoneamento os dois núcleos possuem acesso às cinco infra-estruturas urbanas básicas avaliadas pela pesquisa, embora seja deficitário o atendimento dessa infra-estrutura nos loteamentos Lagoa Dourada e San Martin. O bairro é exclusivamente residencial possuindo um comércio pequeno destinado a atender a população local. A faixa de renda da população entrevistada nos bairros Jardim Carvalho e Neves teve maior

ocorrência entre 1 e 3 salários mínimos. O mesmo ocorreu com os bairros: Boa Vista, Cará-Cará, Chapada, Colônia Dona Luiza, Contorno, Nova Rússia, Oficinas, Olarias e Uvaranas.

**Boa Vista:** é um bairro bastante afastado da região central, o que dificulta e encarece a implantação dos serviços de infra-estrutura urbana básica. Apesar de ser formado em sua maioria por residências, é comum notarmos a presença de indústrias instaladas, principalmente próximas às ruas João Batista e Silva e Jesuíno Manoel de Almeida pela proximidade com a PR 151 (saída para Castro). É também próximo a estas avenidas que se encontram as maiores concentrações de infra-estrutura urbana.

**Cará-Cará:** é o maior em termos de área, com 44,44 km<sup>2</sup>. Seus eixos principais são as avenidas Presidente Kennedy e Visconde de Mauá que o ligam a BR 376 e a Avenida Newton Slavieiro que o leva a PR 151. Um dos principais núcleos habitacionais presente neste bairro é o Núcleo Bortolo Borsato, que possui as mesmas características dos núcleos Rio Verde e 31 de Março (Neves).

**Chapada:** afastado do centro este bairro concentra suas atividades quase que exclusivamente na sua principal avenida, a Souza Naves, que o liga a BR 277 e ao Núcleo Santa Luzia. Uma das principais características deste bairro é o fluxo intenso de veículos pesados e a grande concentração de um comércio destinado a atender principalmente os caminhoneiros, como posto de gasolina e lojas de acessórios para caminhões.

**Colônia Dona Luiza:** cortado pela Avenida Presidente Kennedy onde o fluxo de veículos é mais intenso. O principal núcleo habitacional localizado neste bairro é o Santa Maria, onde está concentrada grande parte das infra-estruturas urbanas avaliadas. Este bairro abriga o Presídio Municipal Hildebrando de Souza e sedes campestres de empresa como a Copel, Brasil Telecom e também dos Servidores Públicos Municipais.

**Contorno:** sua infra-estrutura urbana básica se concentra principalmente nos núcleos Santa Paula e Santa Terezinha. É neste núcleo que se localiza o Centro de Eventos da cidade. O Contorno possui uma declividade bastante acentuada das vias Presidente Kennedy e Visconde de Taunay, sendo mais evidente nos arroios Gertrudes, Ronda (divisa com o bairro da Ronda) e o Rebite (divisa com o Parque Shangrilá). Neste bairro existe uma concentração de moradias instaladas em declives o que as coloca em situação de risco eminente.

**Nova Rússia:** funciona como um sub-centro, possuindo os mesmo serviços da região central. Suas principais avenidas são a Ernesto Vilela (ligando o Centro a BR 376) e a Dom Pedro II (ligando o Centro ao bairro da Ronda e a Avenida Souza Naves), conhecidas principalmente pela forte presença do comércio e de serviços. Tanto a Ernesto Vilela quanto a D. Pedro II concentram um comércio amplo e variado, oferecendo a população local e vizinha o acesso a praticamente todas as agências bancárias atuantes na cidade, lojas, farmácias, hospitais, igrejas e um shopping center evitando que a população se desloque ao Centro em busca desses serviços. As melhores moradias se concentram no entorno das avenidas principais. Este bairro abriga também um dos Terminais de Transporte Coletivo da cidade.

**Oficinas:** também concentra alguns serviços de sub-centro mas em menor escala que o bairro Nova Rússia. Sua principal avenida é a Visconde de Mauá que liga o Centro a BR 376. Sua formação inicial se destinava, a princípio, aos empregados da antiga Rede Ferroviária. Recebeu esse nome porque abrigava a oficina de vagões da antiga ferrovia. Ainda hoje a oficina de vagões é ativa, dirigida pela ALL (América Latina Logística). Também no bairro de Oficinas estão alojados o Fórum, o Cine Teatro Pax, o Estádio de Futebol do Clube Operário Ferroviário (time local) além de algumas indústrias. O bairro apresenta sinais da verticalização da cidade com os condomínios Acácia I e II. Nesse bairro está localizado o Terminal de Transporte Coletivo de Oficinas.

**Olarias:** por possuir uma declividade bastante acentuada, este bairro concentra seus serviços de infra-estrutura urbana principalmente nas áreas vizinhas ao Centro e em suas principais vias: Rua dos Operários, Ricardo Wagner, Ermelino de Leão e Aristides Lobo, que liga o bairro as suas vilas mais afastadas, Vila Santana, Jardim Barreto e Vila Odete. Devido a sua distância e a sua declividade, a população acaba sendo prejudicada no recebimento de infra-estrutura urbana, em geral pela impossibilidade de acesso a determinados locais.

**Uvaranas:** é um dos bairros mais povoados de Ponta Grossa. Sua principal avenida é a Carlos Cavalcanti que nos últimos anos tem apresentado uma dinâmica de desenvolvimento bastante intensa. Recentemente foi construído o Terminal de Transporte Coletivo de Uvaranas. Seu fluxo de veículos e pessoas é bastante intenso devido a concentração de estabelecimentos de ensino superior nessa região, o Campus da UEPG e os dois Campus da CESCAGE. As maiores

concentrações de renda e as melhores residências se localizam principalmente no Jardim Florença, concentrador dos cinco serviços de infra-estrutura urbana avaliados pela pesquisa.

**Ronda:** único bairro que teve suas condições de vida avaliadas como ruins, o bairro da Ronda também está num eixo de entrada da cidade. Nele estão localizados a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, o Terminal Rodoviário, o pátio do Detran e o Primeiro Batalhão da Polícia Militar. Sua maior concentração de infra-estrutura se dá principalmente nas proximidades de suas avenidas principais, Visconde de Taunay, Marques do Panamá, Almirante Tamandaré e Cardoso Fontes. A dificuldade de se levar alguns dos serviços de infra-estrutura urbana à toda a população é devido à declividade do bairro nas regiões que o ligam ao bairro Estrela. A faixa de renda da população entrevistada se concentra em maior parte entre 4 e 5 salários e os moradores de melhor poder aquisitivo se concentram principalmente nas vias próximas a Avenida Visconde de Taunay.

Determinada a caracterização dos bairros avaliados pela pesquisa faz-se necessário apresentar e distinguir os componentes escolhidos para avaliação das condições de vida na cidade:

### **Abastecimento de água**

A água é fundamental para a vida, tanto animal como vegetal. O homem sempre procurou habitar em áreas onde existisse a água doce para beber, além de utilizá-la para o lazer e a higiene. O aumento da população e o desenvolvimento industrial implicaram no aumento do consumo de água doce, na poluição dos rios,

lagos e mesmo mares. Mananciais de água, antes límpidos, passaram a ser condutores de elementos prejudiciais à vida. O aumento da população demandou maior produção de alimentos, que passou a utilizar substancial volume de água, principalmente para a irrigação. A finalidade de um sistema urbano de abastecimento é prover toda a população de água aprazível aos sentidos e sanitariamente pura. As principais condições a serem observadas são a qualidade e a quantidade da água que, embora se refiram em particular à água da rede de distribuição, são fatores decisivos em todo planejamento do sistema, a começar pela escolha da fonte de abastecimento. Em Ponta Grossa (PR) a água é tratada e servida à população pela Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) e segue os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

O sistema de abastecimento público de Ponta Grossa tem como principais mananciais a represa Alagados e o Rio Pitangui, que sofreram perdas significativas da proteção das matas ciliares das suas margens, sendo que nos últimos anos algumas áreas estão sendo recuperadas. A erosão agrícola também afeta constantemente o rio, porém a qualidade da água deste e da represa Alagados é boa e se enquadra na classe apropriada para ser tratada para o consumo humano.

Somente a água potável, isto é, a que perfaz predeterminados requisitos físicos, químicos e bacteriológicos, tem garantia higiênica. É a única espécie de água que deve ser oferecida à população para todos os fins, mesmo para aqueles em que águas de qualidade inferior poderiam ser admitidas sem riscos sanitários. A qualidade da água é verificada através de amostras coletadas em pontos estratégicos da rede, para atender o número mínimo de amostragem exigida pela Portaria nº. 518 do Ministério da Saúde. Os requisitos físicos são: limpidez, nenhuma

cor, nenhum odor, sabor quase imperceptível, agradável e característico, e temperatura entre 8° e 15°C, conforme as condições térmicas do meio ambiente.

A quantidade de água (volume solicitado ou demanda de água) é arbitrada levando-se em conta as diversas espécies de consumo: doméstico, comercial, industrial e público e as partes relativas às perdas e desperdícios inevitáveis. Essa quantidade demandada varia de acordo com a categoria e características específicas de cada cidade.

O abastecimento de água em Ponta Grossa é realizado pela Sanepar. De acordo com dados da própria empresa o município encerrou o ano de 2005 com 99,91% de sua população sendo atendida por esse sistema. A meta para 2006 é o atendimento de praticamente 100% da população. Em anos anteriores a população carente e que não tinha acesso a água encanada em suas residências era atendida por torneiras comunitárias, instaladas nas áreas centrais das favelas ou em suas proximidades e tinham o seu consumo pago pela Prefeitura Municipal. A Sanepar<sup>10</sup> não soube informar se ainda existem torneiras comunitárias instaladas em alguma localidade da cidade. O QUADRO 04 apresenta o total de ligações ativas de água (por categoria) entre os anos de 1999 e 2005.

O índice de atendimento de água (de acordo com a população urbana) no período entre 1999 a 2005 é apresentado no QUADRO 05.

---

<sup>10</sup> Entrevista realizada com o Sr. Sílvio Dirceu da Silva, Coordenador de Planejamento e Administração - Departamento de Planejamento e Controle, em 10/02/2006.

QUADRO 04 – LIGAÇÕES ATIVAS DE ÁGUA: 1999 - 2005

<b>ANO</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Utilidade Pública</b>	<b>Poder Público</b>	<b>TOTAL</b>
1999	62.648	3.666	281	425	441	67.461
2000	64.572	3.575	268	418	446	69.279
2001	65.624	3.673	281	438	447	70.463
2002	67.518	3.889	273	490	432	72.602
2003	69.804	3.810	279	486	482	74.861
2004	71.630	3.715	276	484	486	76.491
2005	73.144	3.891	276	493	455	78.259

Fonte: Sanepar (2006)  
Org. LARA, P.Q. (2006)

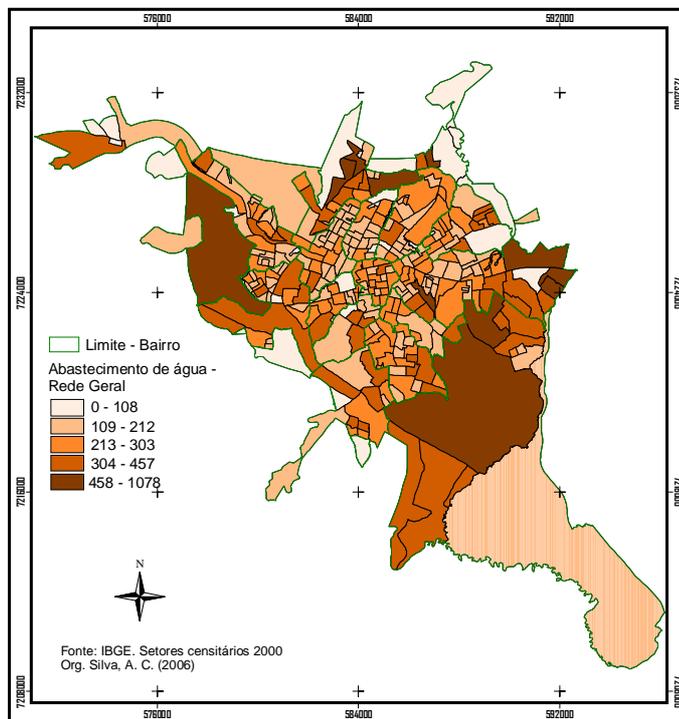
QUADRO 05 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ÁGUA: 1999 – 2005 (%)

<b>ANO</b>	<b>POP. ABASTECIDA</b>	<b>POP. URBANA</b>	<b>%</b>
1999	264.249	264.710	99,83
2000	270.794	273.743	98,92
2001	266.964	273.642	97,56
2002	274.904	278.976	98,54
2003	284.327	284.414	99,97
2004	280.766	282.884	99,25
2005	285.523	285.769	99,91
* 2006	291.169	291.456	99,90

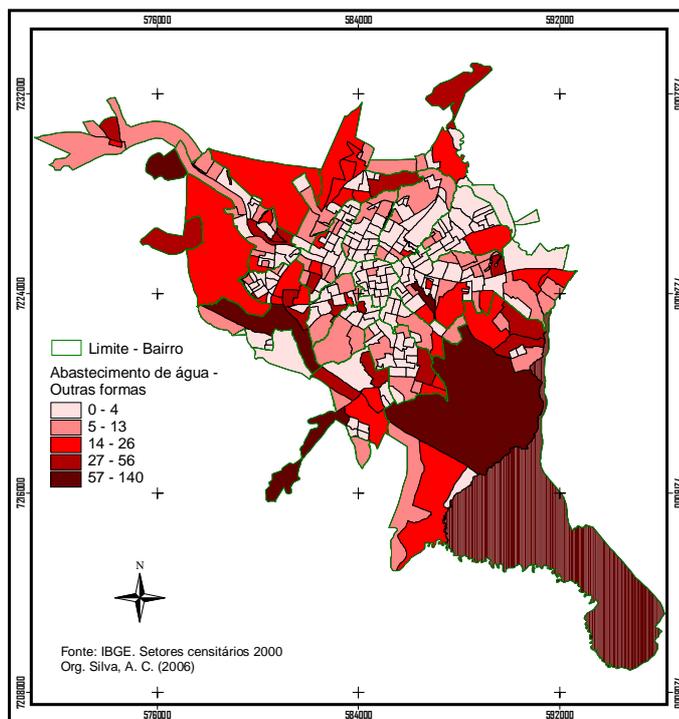
Fonte: Sanepar (2006)  
\* Metas da Sanepar para o ano de 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

Os CARTOGRAMAS 02 e 03 espacializam o número de domicílios atendidos pelo sistema de abastecimento de água da Sanepar e por outras formas de abastecimento, conforme dados do IBGE (CENSO 2000).

CARTOGRAMA 02 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS PELA REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IBGE)



CARTOGRAMA 03 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS ATENDIDOS POR OUTRAS FORMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (IBGE)



## Rede de esgoto

O sistema de esgoto constitui-se o complemento necessário ao sistema de abastecimento de água. Tendo em vista o processo de escoamento, as águas de esgoto são classificadas em dois grupos:

- As residuárias: que provêm das habitações, estabelecimentos comerciais, industriais e entidades públicas;
- As superficiais: que são aquelas que escorrem pela superfície do solo, procedentes de irrigação, lavagens de pistas e áreas pavimentadas, combate a incêndios etc.

De todas as águas de esgoto as que requerem maior atenção são as que carregam fezes, urina e outras excreções, designadas por águas imundas, uma vez que são condutoras de germes transmissores de doenças. Os esgotos sanitários recolhem apenas as águas residuárias, portanto, as de maior nocividade e periculosidade sanitária. Os pluviais escoam as águas superficiais. A empresa responsável por este serviço na cidade de Ponta Grossa é a Sanepar (Companhia de Abastecimento do Paraná).

Também é de responsabilidade da Sanepar a disposição da rede de sistema de esgoto. Ela é instalada, principalmente, em ruas pavimentadas. Nos locais onde não existe a presença da rede de esgotos os moradores se utilizam de fossas rudimentares<sup>11</sup>. Em algumas áreas da cidade o esgoto é lançado sem tratamento em arroios e até mesmo nas ruas ocasionando mau cheiro, poluindo as águas e causando problemas de saúde às pessoas que residem nas proximidades. A Sanepar informou que no ano de 2005, 54,61% da população teve acesso a essa infra-estrutura. Estima-se que para 2006, 64,79% da população terá acesso ao sistema de esgoto. É um número pequeno considerando o tamanho da cidade. De

---

<sup>11</sup> Utilizadas quando o banheiro está ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.).

acordo com Lopes (2001) as áreas da cidade que possuem esgoto projetado são: Parque Shangrilá, parte sul da Chapada, parte do bairro Dona Luiza e Cará-Cará, Uvaranas (Vila Rio Branco, Coronel Cláudio, Princesa) e Olarias. Recentemente foi realizada a implantação da rede no bairro de Oficinas. As ligações ativas de esgoto (por categorias) totalizadas em 2005 são apresentadas no QUADRO 06.

QUADRO 06 – LIGAÇÕES ATIVAS ESGOTO – TOTALIZAÇÃO 2005

<b>MÊS</b>	<b>Residencial</b>	<b>Comercial</b>	<b>Industrial</b>	<b>Utilidade Pública</b>	<b>Poder Público</b>	<b>TOTAL</b>
1999	30.448	2.406	86	208	243	33.391
2000	31.455	2.322	80	209	247	34.313
2001	32.544	2.461	86	227	253	35.571
2002	33.116	2.563	79	243	252	36.253
2003	33.938	2.538	76	233	268	37.053
2004	35.051	2.498	74	239	281	38.143
2005	37.192	2.733	75	254	273	40.527

Fonte: Sanepar (2006)  
Org. LARA, P.Q. (2006)

O QUADRO 07 apresenta o índice de atendimento de esgoto, no período entre 1999 a 2005. Os CARTOGRAMAS 04 e 05 foram elaborados com base nos resultados do Censo 2000 e apresentam o número de domicílios atendidos pela Rede de Esgoto em Ponta Grossa e o número de domicílios que se utiliza de outros destinos para o escoadouro de seu banheiro, respectivamente.

QUADRO 07 – ÍNDICE DE ATENDIMENTO DE ESGOTO: 1999 – 2005 (%)

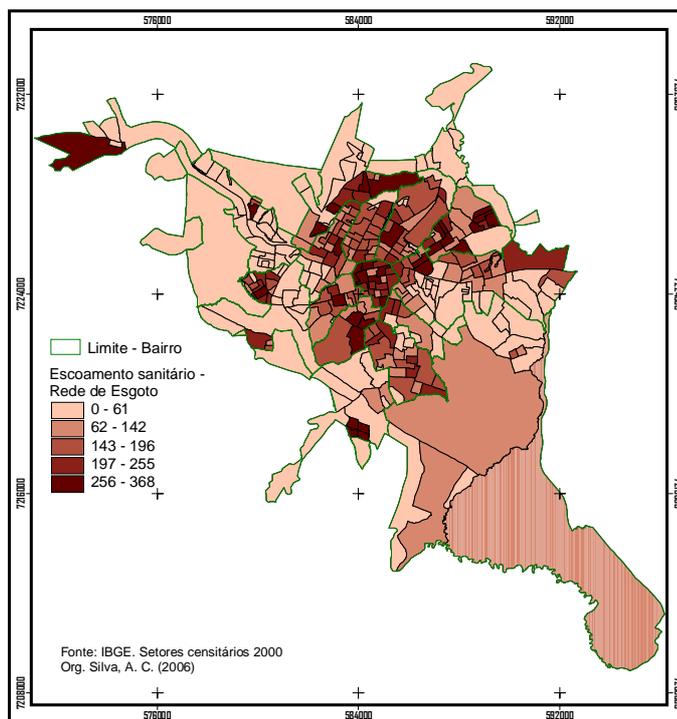
ANO	POP. ABASTECIDA	POP. URBANA	%
1999	138.933	264.710	52,48
2000	142.376	273.743	52,01
2001	142.580	273.642	52,10
2002	145.359	278.976	52,10
2003	149.424	284.414	52,54
2004	148.460	282.884	52,48
2005	156.062	285.769	54,61
* 2006	188.833	291.456	64,79

Fonte: Sanepar (2006)

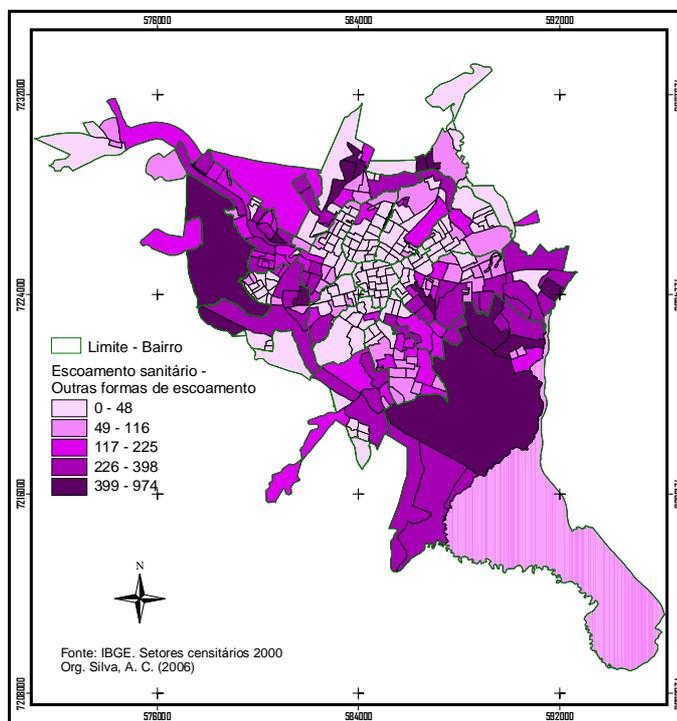
\* Metas da Sanepar para o ano de 2006

Org. LARA, P.Q. (2006)

CARTOGRAMA 04 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOADOURO SANITÁRIO LIGADO A REDE DE ESGOTO (IBGE)



## CARTOGRAMA 05 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOADOURO SANITÁRIO LIGADO A OUTRAS FORMAS DE ESCOADOURO (IBGE)



### Energia Elétrica

A energia elétrica é indispensável à população, atendendo as necessidades do modo de vida da sociedade moderna, garantindo satisfação e comodidade a quem dela se utiliza. Ela é levada aonde houver necessidade de sua instalação, tanto na área urbana ou mesmo fora dela. Para facilitar a ampliação da rede é recomendado que já exista uma rede próxima instalada. Em locais mais distantes ou de difícil acesso os custos tornam-se mais elevados sendo geralmente arcados pelo proprietário. Em Ponta Grossa (PR) a distribuição de energia elétrica é realizada pela Copel<sup>12</sup> que praticamente atende toda a população. Aqueles que não dispõem de tal comodidade deve-se ao fato de não poderem arcar com as despesas para

<sup>12</sup> COPEL – Cia. de Energia Elétrica do Paraná. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

instalação de rede elétrica, usando muitas vezes de formas ilícitas para conseguir essa comodidade em suas residências ou propriedades, os chamados “gatos”.

Em relação à coleta de dados atuais sobre o fornecimento de energia elétrica, foram realizadas diversas visitas à sede da Copel em Ponta Grossa, mas não foi possível o fornecimento de dados atualizados sobre o fornecimento de energia na cidade. Mesmo preenchendo um formulário de solicitação (além do pedido verbal), não houve até o presente momento nenhuma resposta ao pedido.

### **Pavimentação**

Um dos fatores que garante o desenvolvimento econômico e social de uma cidade depende, além de outros fatores, de um sistema de transporte desenvolvido e uma boa integração de suas diversas áreas. Para atender melhor a toda população, é preciso conhecer o sistema de transporte viário para assim desenvolver estratégias e planejamentos que proporcionem a movimentação segura, eficiente e conveniente de pessoas e mercadorias (DUSI, 2004).

À medida que a organização econômica de uma cidade se moderniza aumenta a importância do transporte, o que influencia diretamente no seu desenvolvimento. Dusi (2004, p. 12) informa que “para um bom planejamento do sistema viário é necessário seguir certos parâmetros como fluidez, acessibilidade, segurança e principalmente qualidade de vida”. Seria ideal que todas as vias tivessem algum tipo de pavimentação. Pela dificuldade de tráfego/acesso em diversas vias na cidade de Ponta Grossa serviços como a coleta de lixo e o transporte coletivo acabam por não atender de maneira satisfatória a população. Entende-se, portanto, que a deficiência neste serviço pode atrapalhar o bom andamento de outros serviços que são disponibilizados à população.

A maior concentração dessa infra-estrutura se localiza nos bairros centrais: Estrela, Órfãs, Nova Rússia, Jardim Carvalho. Isso se deve provavelmente ao histórico de formação desses bairros e a proximidade desses com o núcleo principal da urbanização. Até o ano de 2000, 64% das vias de Ponta Grossa não estavam pavimentadas e apenas 36% das vias possuíam algum tipo de pavimentação. Em 2004 o número de vias pavimentadas passou para 43,75% (DUSI, 2004).

A pavimentação é o serviço de infra-estrutura urbana mais deficiente em Ponta Grossa, e isso facilmente se constata em grande parte dos bairros da cidade. A sua concentração está nos locais de moradia da população de melhor poder aquisitivo e na área central da cidade que está voltada para o comércio e a prestação de serviços e por possuir um maior fluxo de veículos e pessoas. Um dos problemas enfrentados com relação a esse serviço é a topografia acidentada da cidade que dificulta a implantação desse tipo de infra-estrutura. Os vazios urbanos presentes em toda a cidade encarecem os custos para implantação do pavimento em bairros mais distantes e em bairros com um número menor de moradores. O QUADRO 08 demonstra o percentual de pavimentação por unidade de bairros de acordo com a sua área em km<sup>2</sup>.

QUADRO 08 – DISTRIBUIÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO POR BAIRROS – 2004

BAIRRO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	PAVIMENTAÇÃO (%)
Centro	2,39	98,80
Estrela	3,81	82,76
Órfãs	3,42	64,20
Nova Rússia	4,65	58,89
Jardim Carvalho	6,80	54,58
Oficinas*	-	52,39
Olarias	3,53	48,11
Colônia Dona Luiza	8,06	45,22
Neves	6,47	44,44
Contorno	9,18	39,66
Uvaranas	15,11	39,21
Ronda*	-	35,93
Cará-Cará	44,44	27,20
Boa Vista*	-	23,97
Chapada	9,12	22,98

Fonte: Dusi (2004)

Org. LARA, P.Q. (2006)

\* Não foi possível estabelecer a área em km<sup>2</sup> dos bairros Oficinas, Ronda e Boa Vista.

### Coleta de lixo

O lixo, ou melhor, o destino que se dá a ele é um dos problemas mais sérios da sociedade atual. Para enfrentar problemas como coleta, processamento e distribuição final existem diversas soluções que vão desde aterros sanitários, incineradores, lixões, à coleta seletiva, à reciclagem de entulho e à redução do lixo pela fonte produtora.

Os lixões são uma das formas mais primitivas para destinação final do lixo. Algumas áreas próximas das cidades são destinadas a recepção do lixo nelas produzido. Além dos inconvenientes causadas pela presença dessas áreas, os riscos que elas oferecem à população não são poucos. Em geral são grandes áreas

a céu aberto e que recebem diariamente volumosas toneladas de lixo de toda espécie e sem qualquer tratamento ou seleção prévia, o que torna essas áreas condutoras de problemas de toda ordem: social, sanitária, ambiental etc.

Em Ponta Grossa (PR) o antigo lixão do Botuquara foi transformado em um aterro controlado que apesar de estar distante das condições consideradas ideais conseguiu melhorar consideravelmente o aspecto daquele local. Em 2004 terminou a vida útil do aterro do Botuquara. O atual prefeito, Pedro Wosgrau Filho assinou um decreto autorizando a empresa Ponta Grossa Ambiental, responsável pela coleta de lixo na cidade, a continuar depositando lixo no aterro até maio de 2006. A prefeitura defende a implantação de um novo aterro na mesma região do atual e espera a liberação do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) para o início das obras.

A coleta de lixo é um serviço essencial à população, uma vez que a sua interrupção causaria grandes transtornos à cidade. Em locais onde não existe a coleta o acúmulo de resíduos é concentrado. Estas áreas representam um local de risco para a população, uma vez que atraem animais vetores de doenças como ratos, baratas e moscas, além de provocar mau cheiro. Em algumas regiões da cidade apesar da existência da coleta, a população costuma jogar seus resíduos em terrenos baldios próximos as residências.

A coleta de lixo em Ponta Grossa é feita pela empresa Ponta Grossa Ambiental. Assim como os serviços de água, esgoto e o fornecimento de energia elétrica, a coleta de lixo atende quase que a totalidade da população urbana. Berto (2004, p. 32) informa que “em Ponta Grossa são coletados diariamente cerca de 170 toneladas de lixo”. De acordo com o Sr. Niceu Alves Pereira Pinto<sup>13</sup> praticamente 100% da população é atendida pelo serviço de coleta de lixo. Ele informa que o não

---

<sup>13</sup> Gerente Geral empresa Ponta Grossa Ambiental em entrevista realizada em 10/05/2006.

atendimento de alguns locais se deve ao péssimo estado de conservação das vias de acesso a esses lugares dificultando o tráfego dos caminhões da referida empresa.

A prática da coleta seletiva não é realizada em toda a cidade por falta de caminhões disponíveis para esse serviço e pela falta de colaboração da população para a seleção do lixo.

### 3.3 AS CONDIÇÕES DE VIDA NA CIDADE DE PONTA GROSSA (PR): ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Para melhor compreensão da temática estudada, foi realizada uma pesquisa de campo<sup>14</sup> para que fosse possível identificar que tipo de aumento populacional a cidade sofreu (natalidade, migração etc) e quais as condições sócio-econômicas de seus habitantes e em que condições de vida estes se encontram atualmente. Foram aplicados 400 (quatrocentos) formulários (APÊNDICE I), em 15 bairros da cidade de Ponta Grossa, divididos proporcionalmente de acordo com o número de domicílios/bairros conforme demonstra o QUADRO 09. Para chegar ao número de formulários que deveriam ser aplicados verificou-se a amplitude do universo em questão, que na pesquisa é superior a 100.000 unidades, considerado como universo infinito. Outro fator considerado é o nível de confiança estabelecido, expresso em números de desvios-padrão ( $\sigma^2$ ). O nível de confiança utilizado para a pesquisa foi de 95,5% do seu total, o que corresponde a dois desvios-padrão à esquerda ou à direita, numa curva normal. O erro máximo permitido é expresso em termos percentuais e nas pesquisas sociais trabalha-se usualmente com uma

---

<sup>14</sup> Pesquisa realizada em campo por LARA, P. Q. e SILVA, A.C. – nos meses de Agosto/2005 a Abril/2006.

estimativa de erro de 3 a 5%. Para a pesquisa utilizou-se uma margem de erro máximo de 5%. Para a amostra da população foi utilizada a fórmula aplicada para Populações Infinitas (mais de 100.000 habitantes):

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q}{e^2}$$

n = tamanho da amostra

$\sigma^2$  = nível de confiança escolhido, expresso em números de desvios-padrão

p = percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = percentagem complementar (100-p)

e = erro máximo permitido

O Nível de Confiança escolhido para o universo da pesquisa foi de 95%, com um desvio padrão igual a 2 ( $\sigma = 2$ ):

$$p = 50$$

$$q = 50$$

$$e = 5\%$$

$$n = 400$$

O tamanho da amostra (n) indica o número de formulários que devem ser aplicados para um nível de confiança de 95%. Dessa maneira, os dados coletados, podem ser confrontados com o referencial teórico levantado, possibilitando a construção de respostas para os questionamentos da pesquisa.

Para escolha do domicílio a ser pesquisado determinou-se que seriam abordadas, de forma aleatória, as residências onde existisse um morador em frente a casa. Tal critério foi utilizado de forma a impossibilitar que os domicílios fossem escolhidos seguindo determinados padrões, como o aspecto físico das casas. Essa forma de abordagem também possibilitou que o bairro todo fosse abordado pela pesquisa e não somente parte dele. As questões dividiram-se em: caracterização dos moradores, caracterização do domicílio e caracterização da qualidade de vida

para que se pudesse avaliar de maneira mais elucidativa algumas unidades de análise.

QUADRO 09 – NÚMERO DE FORMULÁRIOS APLICADOS POR BAIRROS DE ACORDO COM O NÚMERO DE DOMICÍLIOS

BAIRRO	NÚMERO DE DOMICÍLIOS	%	NÚMERO DE FORMULÁRIOS APLICADOS
Uvaranas	11.726	16	64
Contorno	5.972	8	32
Boa Vista	5.568	8	32
Nova Rússia	5.553	8	32
Chapada	5.401	7	28
Oficinas	5.113	7	28
Cará-Cará	4.990	7	28
Neves	4.815	7	28
Centro	4.725	6	24
Jardim Carvalho	4.526	6	24
Colônia Dona Luiza	3.468	5	20
Órfãs	3.433	5	20
Ronda	2.663	4	16
Olarias	2.296	3	12
Estrela	1.882	3	12
* Vila Ildemira	230	-	-
* Vila Ernestina	7	-	-
TOTAL	-	100	400

Fonte: IBGE 2000

Org: Lara, P.Q. (2005)

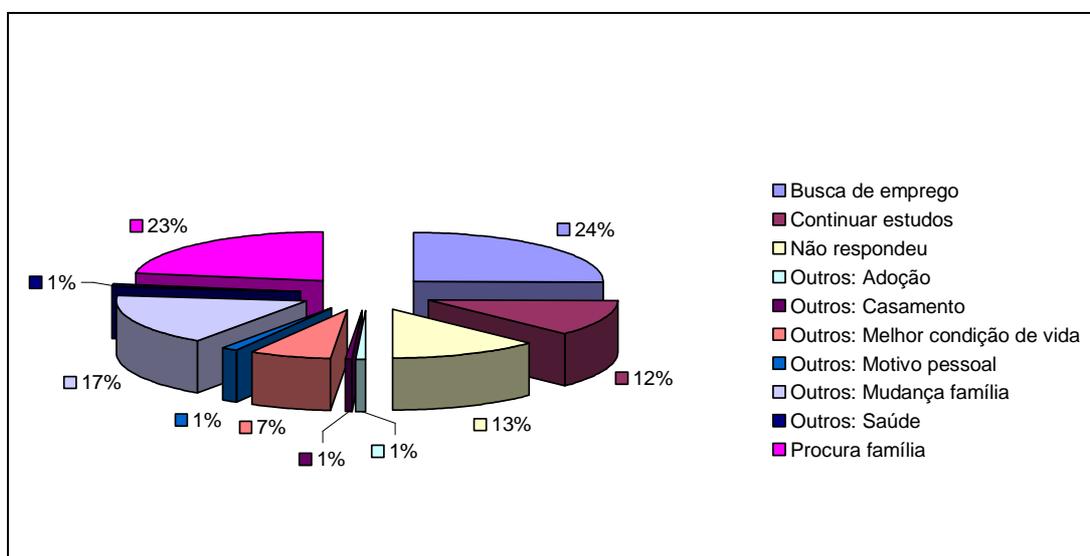
\* Os bairros Vila Ildemira e Vila Ernestina não fizeram parte da amostra por não apresentarem um número de domicílios significativos para a pesquisa.

A cidade de Ponta Grossa sofreu um aumento significativo no seu contingente populacional. Além do crescimento vegetativo, a migração também contribuiu para que essa população sofresse um aumento considerável. Partindo disso, foram elaboradas questões que pudessem comprovar a origem dessa população. Dos

entrevistados, 64% são naturais do município de Ponta Grossa sendo que os 36% restantes se dividem entre moradores em geral oriundos de municípios de menor porte localizados próximos à cidade de Ponta Grossa, como Reserva, Prudentópolis e Cândido de Abreu ou ainda de outros Estados. Dos que aqui chegaram 24% vieram em busca de emprego e outros vieram à procura da família, conforme demonstra o GRAFICO 01.

A busca por melhores condições de vida foi apontada por 7% dessa população. É importante ressaltar que mesmo não sendo este o principal motivo que os trouxe à cidade ela foi um dos fatores que mais pesou na decisão, conforme ressaltaram os entrevistados.

GRÁFICO 01 – MOTIVO DA MUDANÇA PARA PONTA GROSSA (PR)



Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

A renda é uma das maiores causas da desigualdade social vivida em todo o país devido a sua má distribuição. É a renda que determina o poder aquisitivo das famílias. Isso significa que é ela quem dita o quanto se pode e o que se pode

consumir, dependendo do preço, da qualidade e da necessidade familiar, influenciando diretamente nas condições de vida dos indivíduos.

Para a pesquisa convencionou-se determinar a renda familiar média mensal de acordo com o número de salários mínimos<sup>15</sup> que a família perfaz ao mês. O QUADRO 10 demonstra o percentual da renda média mensal das famílias entrevistadas. A divisão feita por bairros possibilita visualizar onde se concentram as maiores e as menores distribuições da renda. Através do GRÁFICO 02 é possível visualizar melhor a distribuição da renda em cada bairro e entre eles.

QUADRO 10 - RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS\*

Localidade	A (até 1)	B (1-3)	C (4-5)	D (5-10)	E (mais de 10)	Não respondeu
Boa Vista	0,3%	4,3%	1,8%	1,8%	0,0%	0,0%
Cará-Cará	0,5%	3,0%	2,5%	0,8%	0,0%	0,3%
Centro	0,5%	0,8%	1,3%	1,3%	1,8%	0,5%
Chapada	0,5%	3,0%	1,5%	1,3%	0,0%	0,8%
Col. D. Luiza	0,3%	2,0%	1,0%	1,3%	0,3%	0,3%
Contorno	0,8%	3,3%	1,8%	1,8%	0,3%	0,3%
Estrela	0,0%	1,0%	1,3%	0,0%	0,5%	0,3%
Jd.Carvalho	0,0%	2,0%	1,0%	1,8%	1,3%	0,0%
Neves	0,3%	3,0%	1,3%	1,5%	0,8%	0,3%
Nova Rússia	0,8%	3,3%	2,0%	1,5%	0,5%	0,0%
Oficinas	0,3%	2,3%	1,8%	2,0%	0,0%	0,8%
Olarias	0,0%	1,8%	0,5%	0,5%	0,0%	0,3%
Órfãs	0,3%	1,3%	2,0%	1,0%	0,5%	0,0%
Ronda	0,8%	1,3%	1,5%	0,3%	0,0%	0,3%
Uvaranas	1,3%	6,8%	4,0%	3,5%	0,3%	0,3%
<b>Total Geral</b>	<b>6,3%</b>	<b>38,8%</b>	<b>25,0%</b>	<b>20,0%</b>	<b>6,0%</b>	<b>4,0%</b>

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006

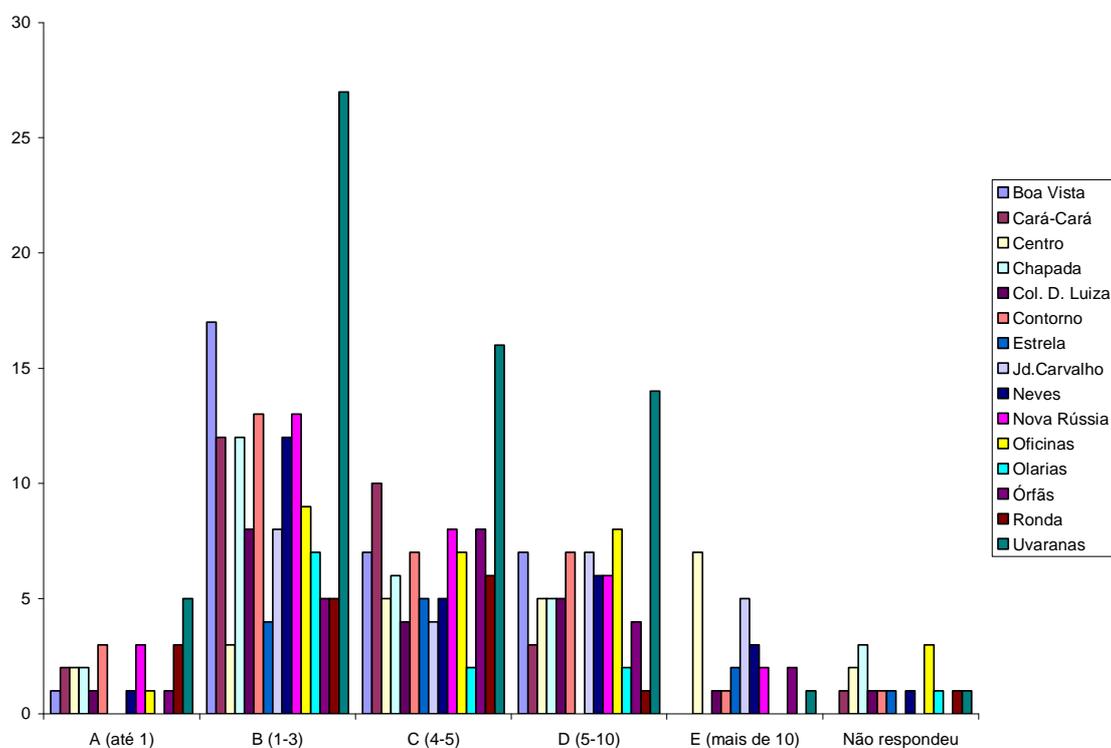
Org. LARA, P.Q. (2006)

\* O valor do salário mínimo utilizado na pesquisa é R\$ 300,00 (Trezentos Reais)

<sup>15</sup> Para a pesquisa o valor do salário mínimo utilizado é de R\$ 300,00 (vigente a partir de maio de 2005).

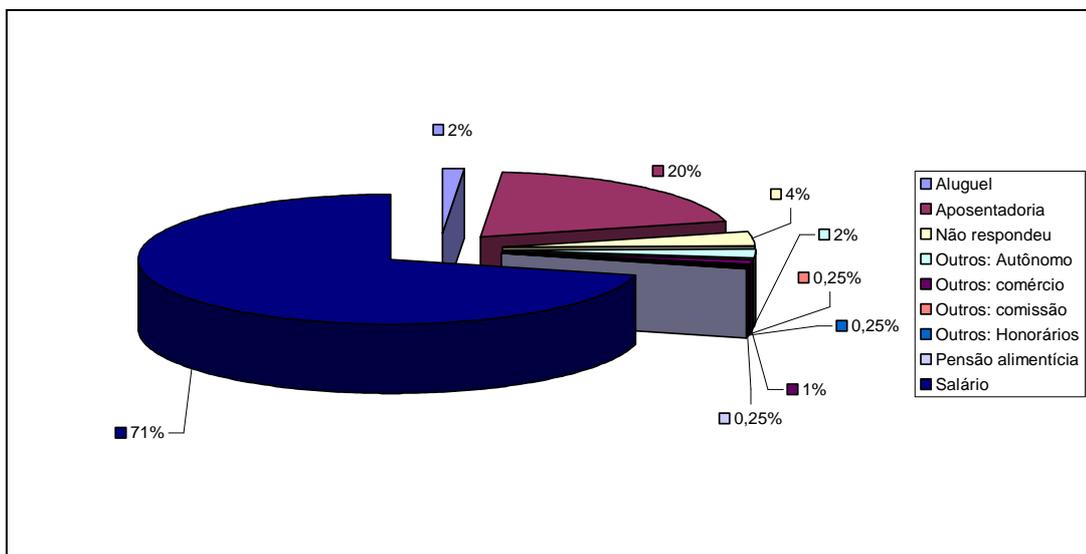
Além de auferir a renda familiar média mensal procurou-se identificar a origem da renda do responsável pelo domicílio. Os resultados encontrados estão representados no GRÁFICO 03. Quanto a formalidade do trabalho do responsável pelo domicílio, 67% trabalham com carteira de trabalho assinada. Do restante, 17% não estavam trabalhando na semana da pesquisa, 14% trabalham na informalidade (por conta própria) e 2% não responderam à questão.

GRÁFICO 02 – RENDA FAMILIAR MÉDIA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS\*



Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

GRÁFICO 03 – ORIGEM DA RENDA DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO

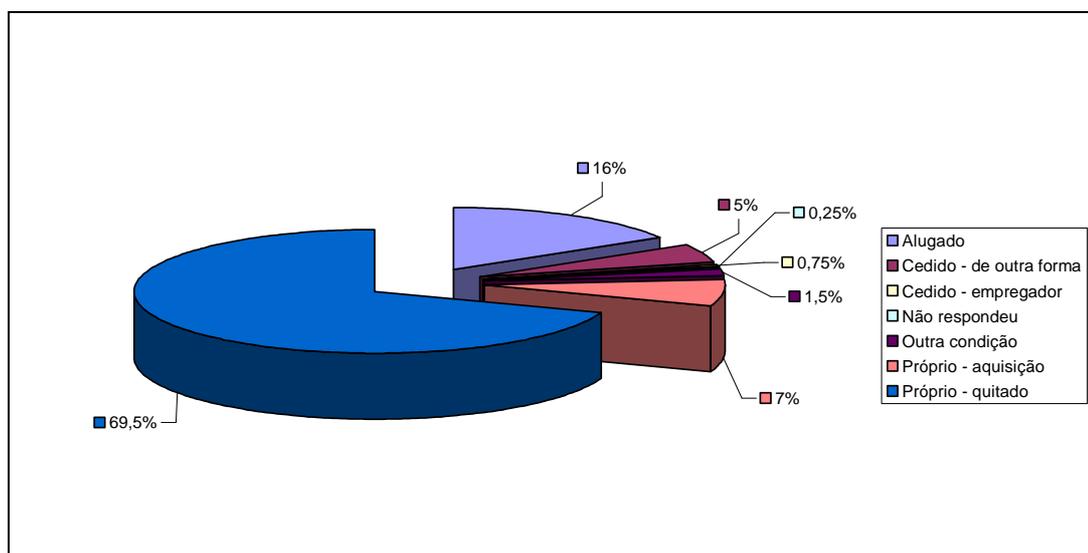


Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

Considerou-se para a caracterização o tipo de domicílio, o tempo de moradia<sup>16</sup> e as condições de ocupação do mesmo. Dos domicílios entrevistados 69,5% são de casas próprias já quitadas, conforme GRÁFICO 04. Os domicílios alugados somam 16% e concentram-se principalmente na região central da cidade, o que demonstra uma evasão dos proprietários desses imóveis para outras regiões da cidade ou mesmo outros municípios. Os inquilinos são geralmente estudantes vindos de outras localidades e que escolhem a região central da cidade por considerarem que o acesso a determinados serviços nessa região é facilitado. A maior parte dos domicílios dos entrevistados constituem casas (93,3%) e apenas 6% são de apartamentos. O restante está dividido entre cômodos e outras formas de moradia. Metade dos entrevistados vive há mais de 10 anos no mesmo domicílio.

<sup>16</sup> Considerou-se como moradora a pessoa que tinha o domicílio como local de residência habitual e que, na data da referência, estava presente ou ausente por período que não tenha sido superior a 12 meses em relação àquela data.

GRÁFICO 04 – CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO DOMICÍLIO



Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

A partir da caracterização do domicílio foram avaliadas as condições de vida da população em relação ao acesso à infra-estrutura urbana: água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo. O QUADRO 11 apresenta a porcentagem geral de atendimento dos cinco serviços.

QUADRO 11 – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

TIPO DE SERVIÇO	% TOTAL
ÁGUA	56,0
ESGOTO	67,0
ENERGIA ELÉTRICA	99,5
PAVIMENTAÇÃO	56,0
COLETA DE LIXO	53,0

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

Com a caracterização da qualidade de vida foi possível fazer um paralelo entre as condições de vida encontradas na cidade de Ponta Grossa em relação aos

serviços de infra-estrutura urbana e a avaliação dos moradores em relação ao recebimento desses serviços.

### 3.4 A REALIDADE DA INFRA-ESTRUTURA URBANA ENCONTRADA EM PONTA GROSSA (PR)

Os serviços de infra-estrutura básica escolhidos para avaliar as condições de vida na cidade foram: água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo. Para a pesquisa convencionou-se avaliar as condições de vida da população em relação ao recebimento ou não da infra-estrutura. O QUADRO 12 apresenta a síntese metodológica aplicada para essa avaliação.

QUADRO 12 – METODOLOGIA APLICADA PARA AVALIAÇÃO DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

População atendida em porcentagem*	Número de serviços recebidos*	Avaliação das condições de vida
80 a 100	5	Excelentes
80 a 100	4	Boas
80 a 100	3	Regulares
80 a 100	2 - 1	Ruins

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006

Org. LARA, P.Q. (2006)

\* Considerou-se para amostra o valor de 80 a 100% da população entrevistada em cada bairro. Entendeu-se para a pesquisa que, do ponto de vista qualitativo, 4/5 da população entrevistada são contemplados pelos serviços de infra-estrutura urbana.

\*\* Os serviços recebidos são: água, esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo.

A partir da metodologia aplicada os bairros foram classificados de acordo com as condições de vida convencionadas pela pesquisa e apresentadas no QUADRO

13.

QUADRO 13 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES DE VIDA ENCONTRADAS

<b>AVALIAÇÃO</b>	<b>BAIRROS</b>
EXCELENTES	Centro, Estrela e Órfãs
BOAS	Jardim Carvalho e Neves
REGULARES	Boa Vista, Cará-Cará, Chapada, Colônia Dona Luiza, Contorno, Nova Rússia, Oficinas, Olarias e Uvaranas
RUINS	Ronda

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

O QUADRO 14 apresenta o demonstrativo dos percentuais dos serviços recebidos pela população, de acordo com os bairros pesquisados.

QUADRO 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – PERCENTUAL/BAIRRO

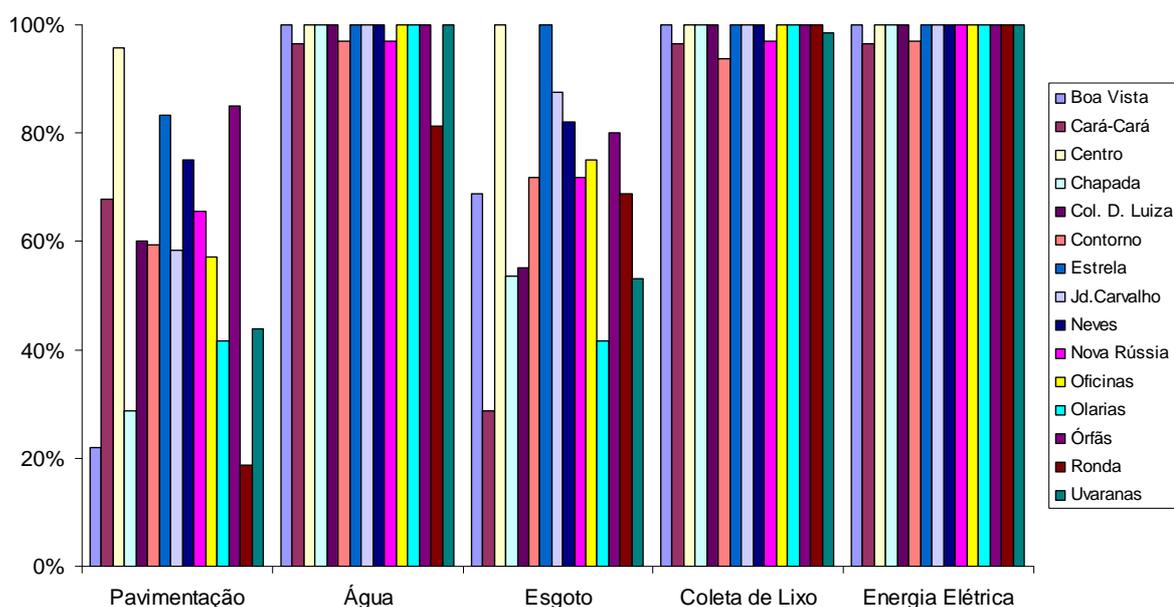
<b>LOCALIDADE</b>	<b>Pavimentação</b>	<b>Água</b>	<b>Esgoto</b>	<b>Coleta de Lixo</b>	<b>Energia Elétrica</b>
Boa Vista	21,9%	100,0%	68,8%	100,0%	100,0%
Cará-Cará	67,9%	96,4%	28,6%	96,4%	96,4%
Centro	95,8%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Chapada	28,6%	100,0%	53,6%	100,0%	100,0%
Col. D. Luiza	60,0%	100,0%	55,0%	100,0%	100,0%
Contorno	59,4%	96,9%	71,9%	93,8%	96,9%
Estrela	83,3%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Jd. Carvalho	58,3%	100,0%	87,5%	100,0%	100,0%
Neves	75,0%	100,0%	82,1%	100,0%	100,0%
Nova Rússia	65,6%	96,9%	71,9%	96,9%	100,0%
Oficinas	57,1%	100,0%	75,0%	100,0%	100,0%
Olarias	41,7%	100,0%	41,7%	100,0%	100,0%
Órfãs	85,0%	100,0%	80,0%	100,0%	100,0%
Ronda	18,8%	81,3%	68,8%	100,0%	100,0%
Uvaranas	43,8%	100,0%	53,1%	98,4%	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

Para melhor compreensão dos resultados apresentados no QUADRO 14 o GRÁFICO 05 evidencia a distribuição dos serviços de infra-estrutura urbana (percentual/bairro) encontrados através da pesquisa.

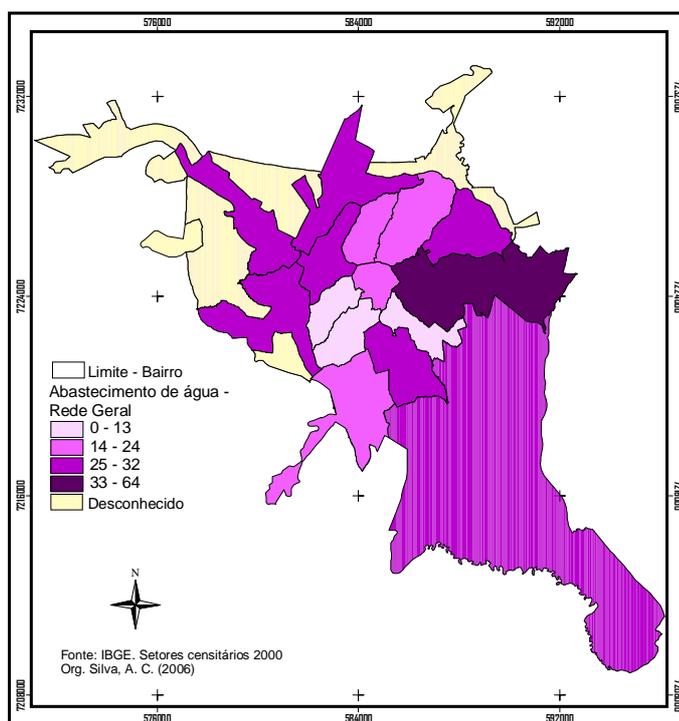
Atendendo um dos objetivos da pesquisa e para proporcionar melhor visualização da distribuição dos serviços de infra-estrutura nos bairros de Ponta Grossa foram criados diversos cartogramas com base nos dados coletados durante a pesquisa de campo, o que facilita a comparação do acesso a esses serviços entre os diversos bairros.

GRÁFICO 05 – DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA – PERCENTUAL/BAIRRO

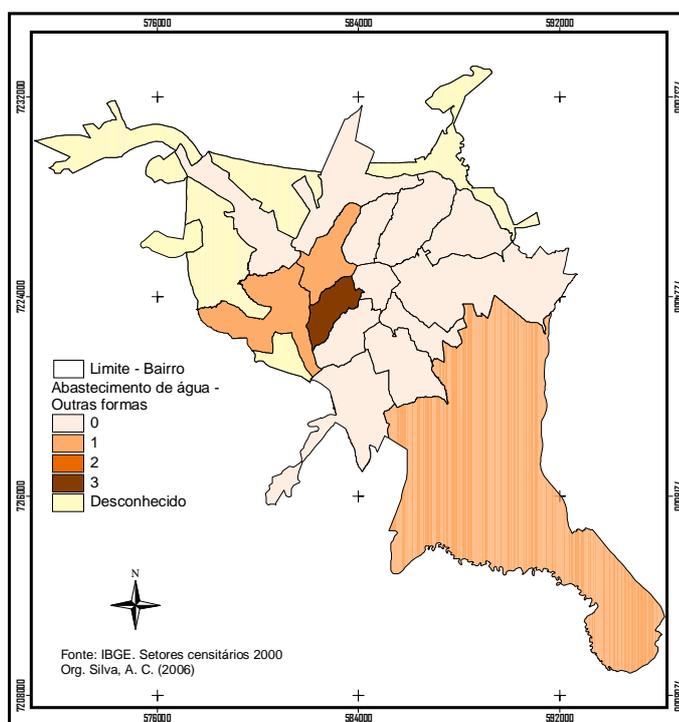


Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

### CARTOGRAMA 06 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA PELA REDE GERAL

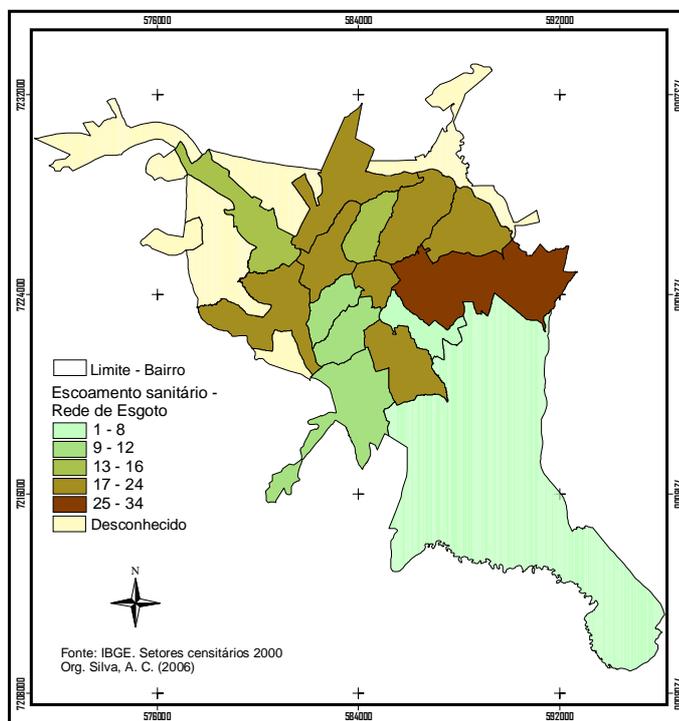


### CARTOGRAMA 07 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR OUTRAS FORMAS<sup>17</sup>

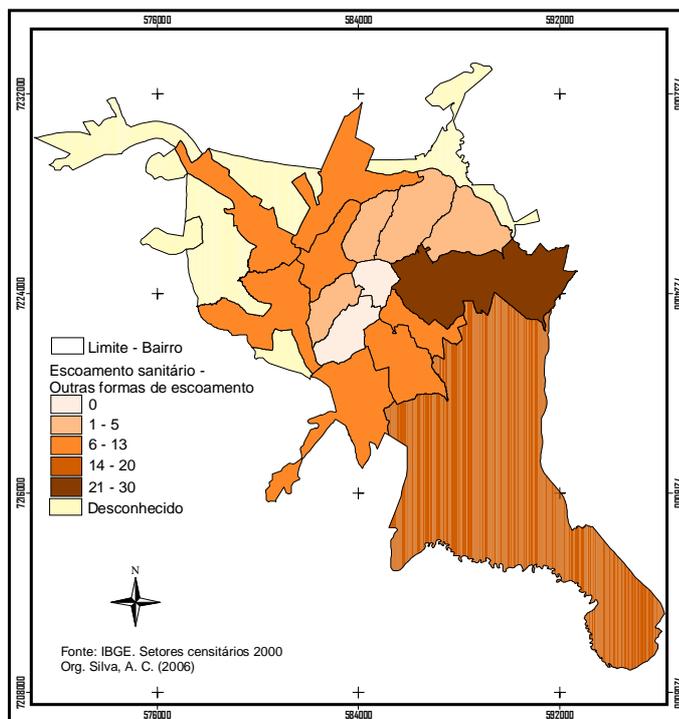


<sup>17</sup> Por outras formas entenderam-se aqueles domicílios servidos por água de poço ou nascente localizado na propriedade, abastecido por água das chuvas, carro-pipa entre outros.

CARTOGRAMA 08 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOAMENTO SANITÁRIO ATRAVÉS DA REDE GERAL DE ESGOTO

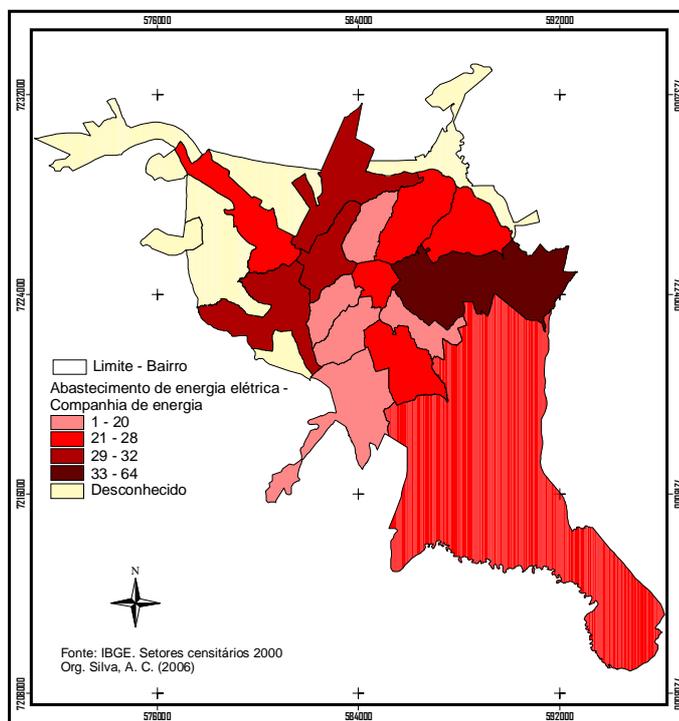


CARTOGRAMA 09 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM ESCOAMENTO SANITÁRIO REALIZADO DE OUTRAS FORMAS<sup>18</sup>

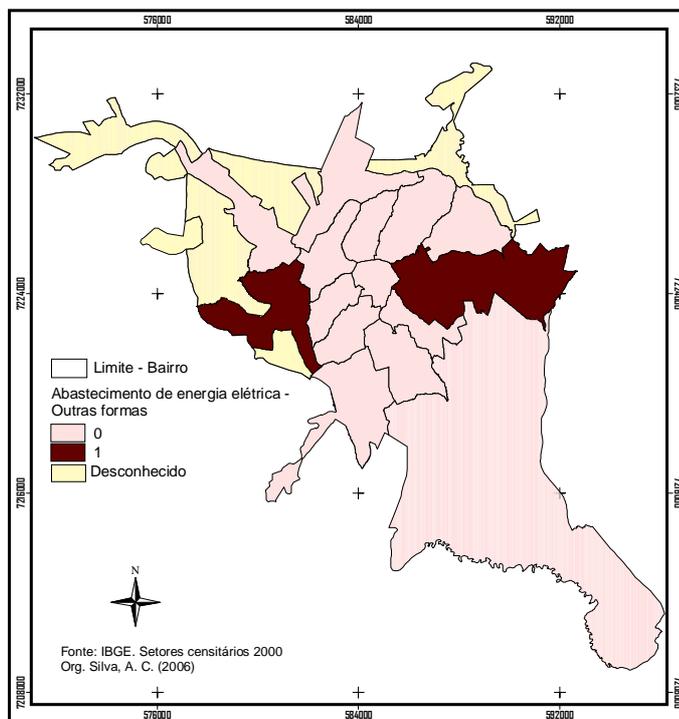


<sup>18</sup> Por outras formas convencionaram-se as fossas rudimentares, fossas sépticas, valas, rio, lago ou mar ou qualquer outra situação.

CARTOGRAMA 10 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ENERGIA ELÉTRICA ATRAVÉS DA COMPANHIA DE ENERGIA

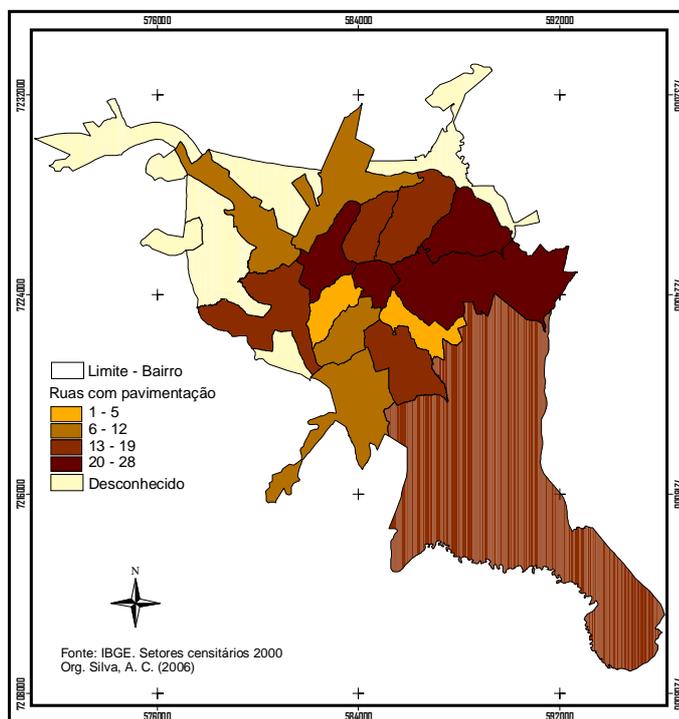


CARTOGRAMA 11 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE RECEBEM ENERGIA ELÉTRICA POR OUTRAS FORMAS DE ABASTECIMENTO<sup>19</sup>

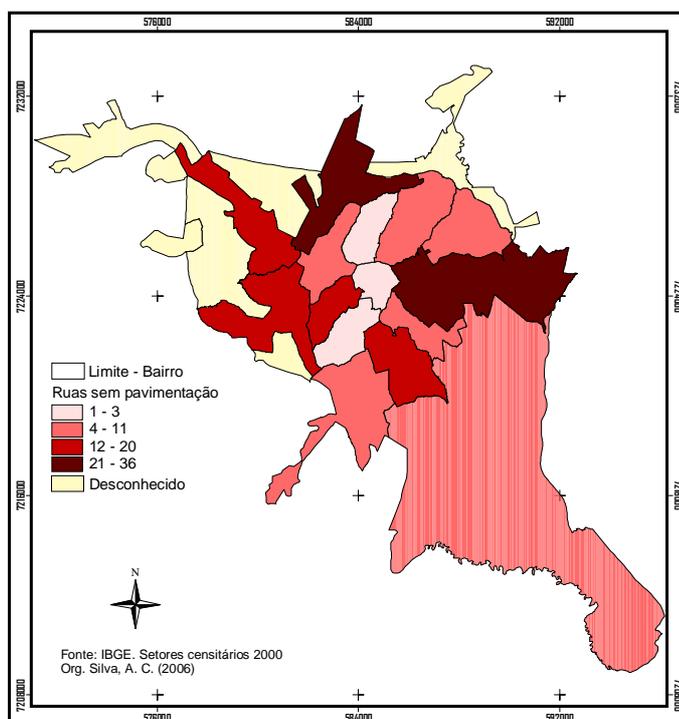


<sup>19</sup> Nesse item enquadram-se os geradores de energias ou outra situação não descrita pelo morador.

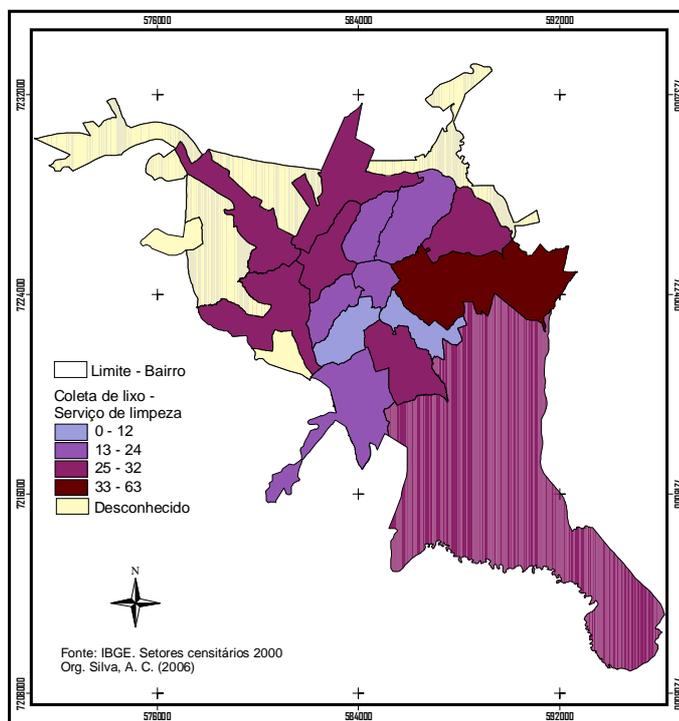
CARTOGRAMA 12 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE POSSUEM RUAS PAVIMENTADAS



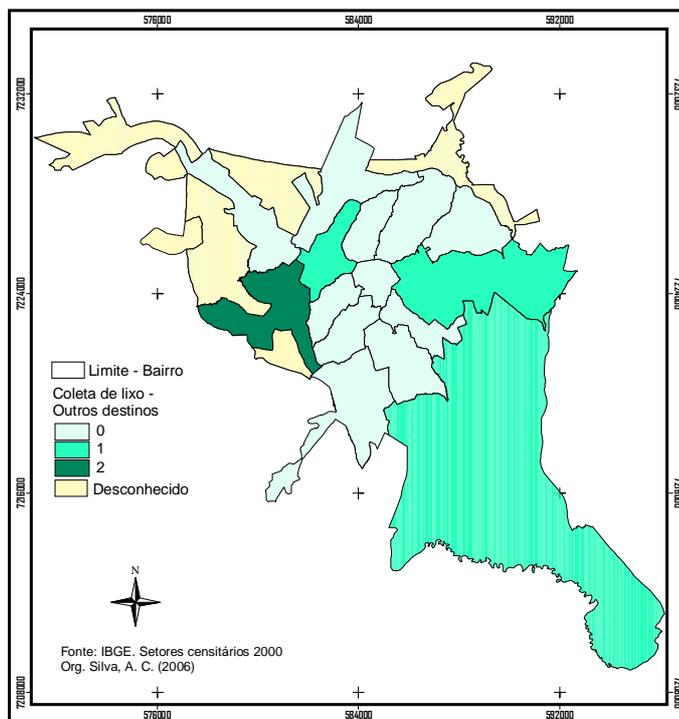
CARTOGRAMA 13 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM RUAS SEM PAVIMENTAÇÃO



CARTOGRAMA 14 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS COM COLETA DE LIXO REALIZADA PELO SERVIÇO DE LIMPEZA



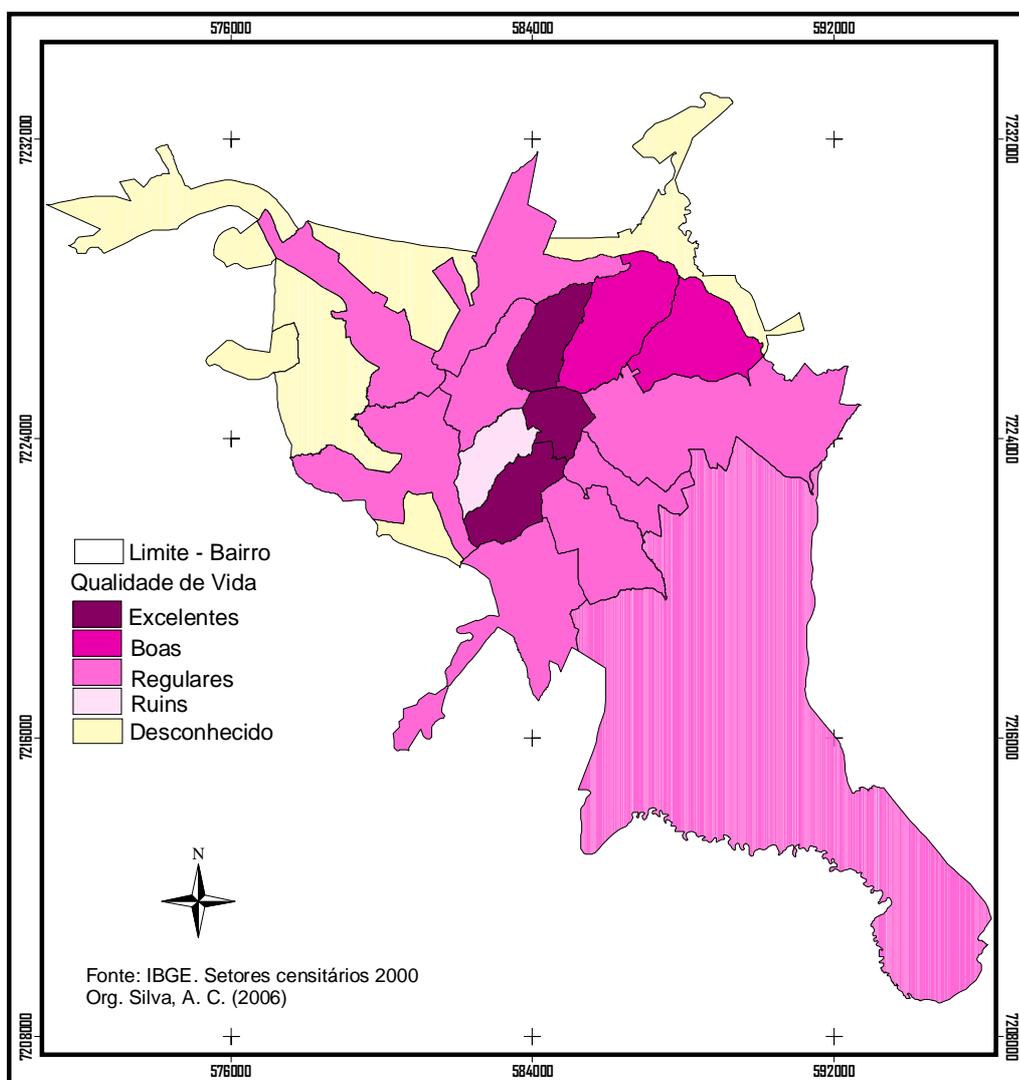
CARTOGRAMA 15 – NÚMERO DE DOMICÍLIOS QUE UTILIZAM OUTROS DESTINOS PARA O SEU LIXO<sup>20</sup>



<sup>20</sup> Enterrados na propriedade, queimados, jogados em terrenos baldios, rios, lagos ou mares.

Embora a pesquisa classifique os bairros entre excelentes, bons, regulares e ruins esses conceitos diferem da opinião da população e de como ela considera suas próprias condições de vida. O CARTOGRAMA 16 apresenta a síntese dos resultados encontrados através da pesquisa (QUADRO 13). O QUADRO 15 demonstra em percentuais a avaliação feita pela população para as suas condições de vida.

CARTOGRAMA 16 – SÍNTESE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS PELA AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO



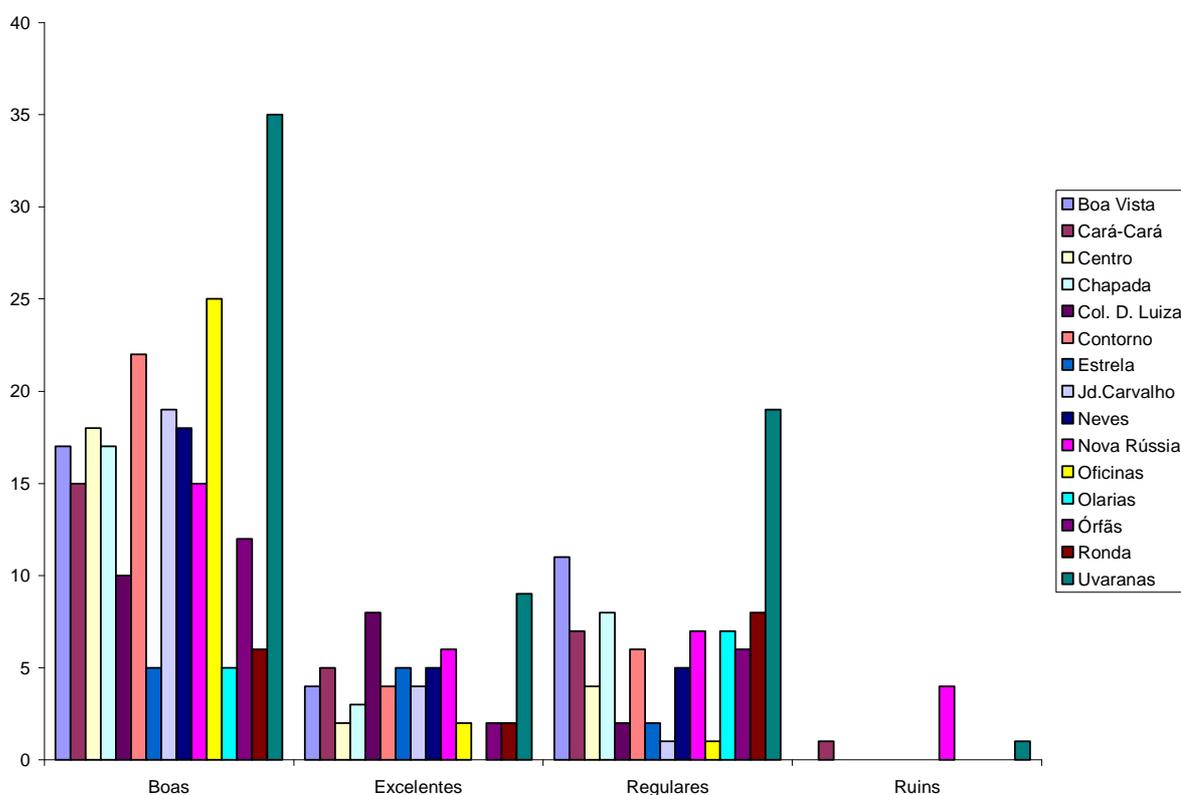
QUADRO 15 – AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS CONDIÇÕES DE VIDA  
PERCENTUAL/BAIRRO

LOCALIDADE	Excelentes	Boas	Regular	Ruim
Boa Vista	12,5%	53,1%	34,4%	0,0%
Cará-Cará	17,9%	53,6%	25,0%	3,6%
Centro	8,3%	75,0%	16,7%	0,0%
Chapada	10,7%	60,7%	28,6%	0,0%
Col. D. Luiza	40,0%	50,0%	10,0%	0,0%
Contorno	12,5%	68,8%	18,8%	0,0%
Estrela	41,7%	41,7%	16,7%	0,0%
Jd.Carvalho	16,7%	79,2%	4,2%	0,0%
Neves	17,9%	64,3%	17,9%	0,0%
Nova Rússia	18,8%	46,9%	21,9%	12,5%
Oficinas	7,1%	89,3%	3,6%	0,0%
Olarias	0,0%	41,7%	58,3%	0,0%
Órfãs	10,0%	60,0%	30,0%	0,0%
Ronda	12,5%	37,5%	50,0%	0,0%
Uvaranas	14,1%	54,7%	29,7%	1,6%
<b>Total Geral</b>	<b>15,3%</b>	<b>59,8%</b>	<b>23,5%</b>	<b>1,5%</b>

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

O GRÁFICO 06 visualiza a avaliação da população para as suas condições de vida e o QUADRO 16 apresenta a estimativa da população para as suas condições de moradias em relação aos serviços de água, coleta de lixo, iluminação pública, drenagem/escoamento da água da chuva e o fornecimento de energia elétrica. Os serviços foram avaliados pela população como bom, regular, ruim e não possui.

GRÁFICO 06 – AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS SUAS CONDIÇÕES DE VIDA



Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

Continuando a avaliação dos moradores, o QUADRO 18 apresenta a estimativa das condições de moradias em relação aos serviços de água, coleta de lixo, iluminação pública, drenagem/escoamento da água da chuva e o fornecimento de energia elétrica. Os serviços foram avaliados pela população como bom, regular, ruim e não possui. As condições de vida da população em relação ao recebimento dos serviços de água e esgoto, energia elétrica, pavimentação e coleta de lixo, são consideradas regulares, uma vez que 69% da população está enquadrada em um nível regular de atendimento, ou seja, é atendida por três dos cinco serviços de infraestrutura urbana desejável. Dos 31% restantes, 14% possuem condições de vida

excelentes (população atendida pelos cinco serviços), 13% boas (população atendida por quatro serviços) e apenas 4% dos entrevistados possuem condições de vida ruins (população atendida por dois ou um dos serviços).

QUADRO 16 - AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO PARA AS CONDIÇÕES DE MORADIA  
PERCENTUAL TOTAL

Serviços	Bom	Regular	Ruim	Não Possui
Serviço de água	76,25	20,75	2,75	0,25
Coleta de lixo	77,00	19,50	3,25	0,25
Iluminação pública	64,50	26,75	8,50	0,25
Drenagem/escoamento da chuva	42,00	26,50	24,00	7,50
Fornecimento energia elétrica	85,95	12,28	1,50	0,25

Fonte: Pesquisa realizada em campo 2005 – 2006  
Org. LARA, P.Q. (2006)

O processo de urbanização em Ponta Grossa acarretou como consequência um aumento na demanda por infra-estrutura. As infra-estruturas da cidade se tornaram ineficientes para atender toda a população. Na realidade observa-se que não houve um planejamento que pudesse atender futuras demandas populacionais, o que ficou evidente na escassez de infra-estrutura urbana e nas condições de vida encontradas pela presente pesquisa.

Demonstrou-se através da pesquisa que o espaço geográfico pontagrossense é claramente delimitado pelo local de moradia das classes de maior poder aquisitivo, formado pelos bairros mais centrais e que são, em sua maioria, bem equipados. E o local de moradia das classes de menor poder aquisitivo, localizado na maioria dos casos em regiões periféricas. Dessa forma tornou-se evidente a urbanização desigual presente na cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos algumas cidades passaram por um aumento considerável da sua população e Ponta Grossa não fugiu a esta regra. A cidade sofreu um aumento significativo no seu número de habitantes, o que acarretou transformações no seu espaço urbano.

A sociedade [re]produz seu espaço urbano de forma a atender as necessidades básicas da cidade expressas por seus agentes. São esses agentes que dão vida ao espaço quando procuram melhorias para o modo de vida individual e coletivo da população buscando uma cidade que lhes ofereça todos os equipamentos necessários à sua satisfação. Na maioria dos casos isso só é possível através do poder aquisitivo desses agentes.

Resultantes das transformações no espaço urbano de Ponta Grossa existem alterações visíveis como a construção indiscriminada de loteamentos destinados à população de baixa renda, a grande maioria localizados em regiões periféricas distantes da área central.

Analisando-se as condições de vida da população em relação a infra-estrutura urbana básica é preciso considerar que para que a população tenha condições de vida satisfatórias, consideradas na pesquisa como excelentes, é preciso que todos os bairros sejam atendidos de maneira eqüitativa pelos cinco serviços: água e esgoto, energia elétrica, coleta de lixo e pavimentação. Isso não ocorre hoje em Ponta Grossa. Através da pesquisa, evidenciou-se que as condições de vida dos pontagrossenses são consideradas regulares, uma vez que a maior parte da população é atendida de maneira aceitável por apenas três dos cinco serviços de infra-estrutura básica.

Algumas dificuldades em relação aos procedimentos de pesquisa foram surgindo ao longo do trabalho. Uma delas diz respeito à bibliografia consultada na qual se observa o uso excessivo de monografias para construção do referencial teórico. Tal uso se deve ao fato de que tais monografias se valeram de uma pesquisa de campo bastante detalhada sobre diversos aspectos da cidade, pesquisas estas e resultados que não são encontrados em livros referentes à Ponta Grossa, que em sua maioria abordam apenas temas históricos. Alguns artigos evidenciam fatos atuais ocorridos na cidade, porém nenhum deles abordavam temas relacionados a pesquisa.

Outros problemas encontrados estavam relacionados à pesquisa de campo. De que maneira essa pesquisa se daria, como abordar as pessoas e quais domicílios escolher. Preferiu-se fazer entrevistas em domicílios onde se encontrasse um morador em frente a casa, dessa maneira foi possível aplicar os formulários em praticamente toda a extensão do bairro, evitando que os domicílios fossem escolhidos por apresentarem determinadas características.

O aumento da população evidencia-se pelos dados populacionais do IBGE, contudo, é quando se percorre a cidade que se percebe o quanto ela cresceu, quantos novos bairros e vilas surgiram nas últimas décadas e qual é a atual situação de cada um deles. Alguns destes bairros se localizam há quase 12 km da região central, o que é uma distância bastante longa, se considerar que os serviços de infra-estrutura urbana na cidade chegam primeiro aos bairros próximos a área central. Em toda a extensão é possível encontrar imensos vazios urbanos, grande parte devido a topografia da cidade. Esses vazios acabam tornando excessivamente caro fazer com que os serviços de infra-estrutura urbana e demais serviços cheguem aos bairros mais distantes.

É preciso ressaltar que as condições de vida da população, favoráveis ou não, não dependem exclusivamente do planejamento urbano da cidade, uma vez que o planejamento pressupõe ações tomadas durante a gestão que irão garantir, futuramente, qualidade de vida à população. Além deste planejamento, a condição sócio-econômica de cada indivíduo é quem irá determinar o quanto e o que esse indivíduo e sua família poderão consumir para que tenham melhores condições de vida. A escolha do bairro para viver, o tipo de moradia que irá construir, pelos quais serviços ele dispõe de dinheiro para pagar, são decisões que levam em consideração a renda auferida pela família.

A infra-estrutura pavimentação é o melhor exemplo disso. A pesquisa mostra que esse serviço é o que atende de maneira mais precária a população de Ponta Grossa. Algumas vilas possuem apenas a sua rua principal asfaltada. Geralmente esta é a rua por onde circula o ônibus do transporte coletivo. Em outras, nem mesmo a via de ônibus possui algum tipo de pavimentação, o que para os moradores é um transtorno, pois em dias secos a poeira é constante e em dias de chuva, além do barro e da lama, os moradores são privados de outros serviços, como o da coleta de lixo. A pavimentação nesses locais só ocorre quando toda a população se dispõe a pagar por ela. Devido ao alto custo dessa infra-estrutura e ao baixo poder aquisitivo da população residente nestes bairros, os moradores optam por suprir outras necessidades que a eles se tornam mais importantes do que a pavimentação.

Dentre os cinco tipos de infra-estrutura urbana avaliados pela pesquisa, o abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica e a coleta de lixo atendem praticamente toda a população. São considerados pela maioria dos entrevistados como sendo essenciais as suas necessidades. Entretanto, o sistema de esgoto e a pavimentação não são vistos com os mesmos olhos.

O plano diretor da cidade dispõe de normas especiais para a aprovação de novos loteamentos urbanos destinados a implantação de novos Conjuntos Habitacionais. Para que seja submetido a aprovação da Prefeitura algumas diretrizes devem ser definidas, entre elas a indicação das obras de infra-estrutura que a loteadora fará executar na área objeto, em número mínimo de 2 (dois), dentre os seguintes dos respectivos projetos: meio-fio e pavimentação com canalização de águas pluviais; rede de abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários e rede de iluminação pública. Para que não se encareça o preço dos terrenos e assim possam alcançar as classes menos abastadas, as loteadoras implantam somente o mínimo exigido, se valendo nesse caso da implantação da rede de abastecimento de água e a rede de iluminação pública. Depois de iniciadas as obras e já dispondo do arruamento, basta que seja solicitado a empresa responsável pela coleta de lixo para que seja efetuado esse serviço naquela região.

A partir disso, encontra-se uma explicação para o fato de que praticamente toda a população em Ponta Grossa tem acesso a esses três serviços de infra-estrutura urbana básica: água, energia elétrica e coleta de lixo. Eles não dependem exclusivamente da vontade de seus habitantes para serem implantados, dois deles são requisitos básicos para que os loteamentos saiam e as loteadoras lucrem com isso, a um custo mínimo para que essa infra-estrutura seja implantada. É preciso, no entanto, enfatizar que tais loteamentos destinam-se as pessoas com um poder aquisitivo menor ou não tão alto quanto daqueles que podem pagar por terrenos com todos os serviços de infra-estrutura urbana implantados: água, energia elétrica, esgoto, pavimentação e coleta de lixo. O Jardim Gianna, um dos loteamentos recentes na cidade, possui toda essa infra-estrutura porém, a maioria dos seus lotes ainda não foi vendida devido ao alto custo de seus terrenos. Mesmo com todas as

facilidades para pagamento a população procura por lugares mais baratos, onde terão condições financeiras para se manter.

Entretanto, a regra dos loteamentos não se aplica aos luxuosos condomínios fechados. Em Ponta Grossa eles se concentram, em sua maioria, na região do bairro das Órfãs. Além de possuírem os cinco serviços de infra-estrutura avaliados pela pesquisa tais condomínios oferecem outras vantagens aos seus moradores como segurança 24 horas, áreas de lazer arborizadas, restaurantes, quadras poliesportivas etc. Uma realidade que só existe dentro dos muros que os cercam. Realidade essa que não pôde ser avaliada pela pesquisa, uma vez que o mais próximo que os entrevistadores conseguiram chegar desses condomínios foi a guarita de entrada.

Verificou-se pela pesquisa que o crescimento demográfico desordenado em Ponta Grossa é responsável, em grande parte, pelas condições de vida em que hoje a população se encontra. Com o aumento da população, a infra-estrutura urbana da cidade tornou-se ineficiente para atender a demanda populacional. Aliados a ele estão o planejamento inadequado ou a falta de um planejamento mais eficiente e o poder aquisitivo da população, este último determinando os aspectos subjetivos das condições de vida de que cada indivíduo poderá usufruir.

## REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular do bairro: de frente para o estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez: 1991.

ANHEMBI Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S.A. **Domingo na Paulista**. Disponível em: <http://anhembi.terra.com.br/noticias.asp?idMat=586>. Acesso em 18/06/2005.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia de população**. 2. ed. rev. atual. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Nacional, 1980.

BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. RJ: Contraponto, 1998.

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

BERTO, Vagner Zamboni. **Mapeamento e Análise do uso da terra na cidade de Ponta Grossa – PR (2004)**. Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.

BRASIL Telecom; GVT. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

BUCHHOLZ, Todd. **Novas idéias de economistas mortos: o pensamento econômico moderno**. Rio de Janeiro: Tama, 1989.

CAPEL, Horacio. **La definición de lo urbano**. Reproducido de: *Estudios Geográficos*, nº 138-139 (número especial de "Homenaje al Profesor Manuel de Terán"), febrero-mayo 1975, p 265-301

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; PEREIRA, Laércio Barbosa; BROLLO, Milton Xavier. **Economia paranaense: estudo de setores selecionados**. Florianópolis: UFSC, Programa de pós-graduação em Economia, 2002.

CARLOS, Ana Fani A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Cidade**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

\_\_\_\_\_; GERHARDT, Klauss Brandini. **O poder da identidade**. Paz e Terra: São Paulo, 1999.

CHAMMA, Guisela V. F. **Ponta Grossa: o Povo, a Cidade e o Poder**. Ponta Grossa: S.M.E.C., 1988.

CHAVES, N. B.; DITZEL, C. de H. M. **História da Cidade**. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

CHAVES, N. B. et. al. **Visões de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. Tradução de Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Silvana Maria Pintaudi. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1991.

CODEM: **Comissão de Desenvolvimento Municipal**. Ponta Grossa: CODEM/CODEPAR/DATAM, 1966. Plano Diretor de Desenvolvimento.

COMISSÃO INDEPENDENTE POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA. **Cuidar o futuro: um programa radical para viver melhor**. Lisboa: Trinova, 1998.

COPEL – Cia. de Energia Elétrica do Paraná. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

CORREA, Antônio José Lamarao; TOURINHO, Helena Lucia Zagury (colab.). **Qualidade de vida urbana na Amazônia os casos de Marapanim e Vila dos Cabanos**. Belém: UNAMA, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

- DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Löwen. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2001.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difel, 1982.
- DREYER, Diogo. Lista completa do ranking de IDH da ONU em 2003. Disponível em: [www.educacional.com.br/noticiacomentada/030710](http://www.educacional.com.br/noticiacomentada/030710). Acesso em 25/05/2004.
- DUSI, Adriano. **Mapeamento e análise da infra-estrutura do tipo pavimentação na cidade de Ponta Grossa (PR) utilizando técnicas de geoprocessamento**. Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2004.
- ESTATUTO das Cidades. **Diário Oficial - Seção 1 - Atos Poder Legislativo**. 3. ed. n. 133, 2001.
- FERRAZ, Hermes. **Cidade e Vida**. São Paulo: João Scorteci, 1996, 195 p.
- FERRAZ, Hermes. **Filosofia Urbana – Tomo V**. São Paulo: Scorteci, 1999.
- FRESCA, Tânia M.; SALVI, Rosana F.; ARCHELA, Rosely S. (org.). **Dimensões do espaço paranaense**. Londrina: Editora UEL, 2002.
- GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de economia política**. 1. vol. - 6. ed. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Elementos de economia política**. 2. vol. - 6. ed. amp. atual. São Paulo: Saraiva, 1973.
- GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. São Paulo: 2 ed. Divisão Européia do Livro, 1968.
- \_\_\_\_\_. **População e povoamento**. São Paulo: Difel, 1975.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. Loyola: São Paulo, 1991.

GOMES, Emerson Marcos. **O papel do planejamento nas transformações do espaço urbano de Ponta Grossa – PR**. Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000.

GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. **Ponta Grossa – Um século de vida: 1823 – 1923**. Kugler: Ponta Grossa, 1983.

GRIMBERG, Elizabeth. **Ambiente urbano e qualidade de vida**. São Paulo: PÓLIS, 1991.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. Tradução de Armando Corrêa da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HERCULANO, Selene C. **A qualidade de vida e seus indicadores**. Revista Ambiente e Sociedade. Ano I n. 2. São Paulo: ANPPAS – UNICAMP, 1998.

HOGAN, Daniel Joseph. **Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável**. Lua Nova - Revista de cultura e política, n. 31. São Paulo: CEDEC, 1993.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000: Agregado de Setores Censitários dos resultados do Universo**. Documentação dos Arquivos de Dados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO de Saúde de Ponta Grossa. Disponível em [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br).

Acesso em 28/09/2003.

**INTRODUÇÃO** a **estatística.** Disponível em:

[http://alea.ine.pt/html/noções/html/cap2\\_2\\_3.html](http://alea.ine.pt/html/noções/html/cap2_2_3.html). Acesso em 15/08/2005.

IPD – INSTITUTO PARANÁ DESENVOLVIMENTO. **Indicadores de qualidade de vida das comunidades do Paraná:** conceitos e metodologia de aplicação. Curitiba: IPD, 1998.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH 2000 –** Anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital.** 2. ed. Tradução de Maria Helena Rauta Ramos; Marilena Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Maria Elizabeth. **Geociência** – qualidade de vida. Disponível em: <http://revista.fapemig.br/18/geociencia.html>. Acesso em 25/11/2004.

LEMOS, Maurício Borges; ESTEVES, Otávio de Avelar; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Uma metodologia para construção de um índice de qualidade de vida urbana.** Belo Horizonte: Revista Nova Economia da UFMG, vol. 5, n. 2, 1995.

LOPES, Isis Regina de Goes. **Estudo da infra-estrutura urbana básica de Ponta Grossa (PR) utilizando Sistema de Informações Geográficas (SIG).** Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2001.

LOWEN, Cicilian Luiza. **Favelas:** um aspecto da expansão urbana de Ponta Grossa - PR. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro). Rio Claro, 1990.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Karl. ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MEZZON, Graciela. **Ponta Grossa ultrapassa 286 mil habitantes**. Disponível em [www.diariodosc campos.com.br/20030914/cidades/cidades6.htm](http://www.diariodosc campos.com.br/20030914/cidades/cidades6.htm). Acesso em 29/09/2003.

PAULA, José Carlos Milléo de. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro). Rio Claro, 1993.

PLANO DIRETOR (2003). Disponível em: [www.pontagrossapr.gov.br](http://www.pontagrossapr.gov.br). Acesso em 28/09/2003.

PRANDEL, Juliana Aparecida. **Mapeamento da distribuição espacial da população urbana de Ponta Grossa (PR), utilizando sistema de informações geográficas (SIG)**. Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2001.

PREFEITURA do Município de Ponta Grossa. Disponível na Internet no endereço eletrônico [www.pontagrossa.pr.gov.pr](http://www.pontagrossa.pr.gov.pr) acessado em 23/08/2004.

PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária ns cidades**. Curitiba: CETESB, 1981.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHAMN, Robert Moses. **O que é a questão da moradia**. Nova Cultural, Brasiliense: São Paulo, 1985.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza (colab.) et. al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Sônia. **Pobreza: renda e indicadores sociais como critérios complementares**. Planejamento e políticas públicas. V. 1. n. 1. Brasília: IPEA, 1989.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A utopia da sociedade sustentável.** Revista Ambiente e Sociedade. Ano I n. 2. São Paulo: ANPPAS – UNICAMP, 1998.

ROTARY Maringá Norte. **Qualidade de vida é orgulho para os habitantes.** Disponível em: <http://www.rotarymaringanorte.com.br/paginas/maringa.htm>. Acesso em 08/06/2005.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** 3. ed. rev. amp. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANEPAR – Cia. de Saneamento do Paraná. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

SANTOS, Jair F.; LEVY, Maria Stella Ferreira (org.); SZMRECSÁNYI (org.). **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual – A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos.** Tradução de Antônia Déa Erdens; Maria Auxiliadora da Silva; revisão de José Fernandes Dias. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manual de geografia urbana.** Tradução de Antônia Dea Erdens; Maria Auxiliadora da Silva. São Paulo: HUCITEC, 1981.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: EDUSP, 2002.

SAUVY, Alfred; BROWN, Elisabeth (colab.); LEFEBVRE, Alain (colab.). **Elementos de Demografia.** Tradução de Lyra Madeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço urbano e política habitacional: uma análise sobre o programa de lotes urbanizados da PROLAR – Ponta Grossa.** Dissertação

(Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas – Universidade Estadual de Ponta Grossa). Ponta Grossa, 2003.

SCHWEIZER, Peter José. **Casa, moradia, habitação**. Revista de Administração Pública, setembro/outubro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

SECRETARIA Municipal de Educação e Núcleo Estadual de Educação. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. – 10.ed. - São Paulo: Brasiliense, 1985.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMP - Departamento de Serviços Viários. Disponível em: [www.pontagrossa.gov.pr.br](http://www.pontagrossa.gov.pr.br). Acesso em 28/09/2003.

SORJ, Bernardo. **A nova sociedade brasileira**. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUTO, Anna Luiza Salles. **Como reconhecer um bom governo? O papel das administrações municipais na melhoria da qualidade de vida**. São Paulo: PÓLIS, 1995.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanas**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Glauco Bruce. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

ULLER, Adriana Salviato; CARBONAR, Maria Aparecida; ULLER, Waldir. **Preservação do patrimônio Local: uma questão para a educação mundial?**

Retratando nossa realidade em Ponta Grossa. 1. ed. Gráfica Diocesana: Apucarana, 2001.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

VIERO, Solange. **Geoprocessamento aplicado ao mapeamento e análise do uso da terra no município de Ponta Grossa (PR).** Monografia (Graduação do Curso de Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: FAPESP, 1998.

APÊNDICE I  
**FORMULÁRIO DE ENTREVISTA**

DATA DA PESQUISA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

LOCALIDADE: \_\_\_\_\_

LOGRADOURO (completo): \_\_\_\_\_

## I CARACTERIZAÇÃO DOS MORADORES

01. Sexo (do entrevistado):

M                       F

02. Idade:

10-19     20-29     30-39     40-49     acima de 50

03. Se autodefine como:

índio (a)    negro (a)    pardo (a)    amarelo (a)                       branco (a)

04. Religião ou culto:

\_\_\_\_\_

05. Natural da cidade de Ponta Grossa:

sim                       não

06. Se não, há quanto tempo ininterrupto reside na cidade:

menos de 1 ano

1 a 2 anos

3 a 5 anos

6 a 9 anos

mais de 9 anos

07. Local de procedência:

outro município paranaense.

Qual? \_\_\_\_\_

outro estado.

Qual? \_\_\_\_\_

outro país.

Qual? \_\_\_\_\_

08. Motivo que o trouxe para a cidade:

- busca de emprego
- continuar os estudos
- procura da família
- outros.

Qual? \_\_\_\_\_

09. Quantidade de pessoas residentes no domicílio:

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

10. Grau de instrução dos residentes no domicílio:

Analfabeto(s)

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Ensino fundamental incompleto

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Ensino fundamental completo

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Ensino médio completo

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Ensino médio incompleto

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Superior incompleto

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Superior completo

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

Pós-graduação (completo ou incompleto)

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

11. Renda familiar média mensal:

- até 1 salário mínimo
- de 1 a 3 salários mínimos
- de 4 a 5 salários mínimos
- de 5 a 10 salários mínimos
- acima de 10 salários mínimos

12. O responsável pelo domicílio possui rendimentos mensais provenientes de:

- salário
- aposentadoria, pensão
- aluguel
- pensão alimentícia, mesada, doação recebida de não-morador
- outros.

Qual? \_\_\_\_\_

**13. Tipo de trabalho do responsável pelo domicílio (na semana de pesquisa):**

- formal

- informal
- não está trabalhando

14. Tipo de atividade desenvolvida pelo responsável do domicílio:

- agricultura, pesca, pecuária e extrativismo
- indústria
- construção civil
- comércio
- serviços
- saúde e serviços sociais
- serviços domésticos
- outros.

Qual? \_\_\_\_\_

15. Categoria do emprego no trabalho principal do responsável pelo domicílio - quando empregado:

- com carteira de trabalho assinada
- militares ou funcionário público estatutário
- outros sem carteira de trabalho assinada

16. Categoria do emprego no trabalho principal do responsável pelo domicílio - quando empregador:

- conta própria
- não remunerados em ajuda a membros do domicílio
- trabalhadores na produção para o próprio consumo

## II CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

**17. Tempo de moradia**

- menos de 1 ano
- de 1 a 5 anos
- de 5 a 10 anos
- mais de 10 anos

18. Espécie de domicílio:

- particular permanente
- particular improvisado
- coletivo

**19. Tipo de domicílio:**

- casa
- apartamento

- cômodo
- improvisado

**20. Número de cômodos do domicílio (não incluindo banheiro):**

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

21. Número de pessoas do sexo masculino residentes no domicílio:

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

22. Número de pessoas do sexo feminino residentes no domicílio:

- 1-2
- 3-4
- 5-6
- mais de 6

23. Condição de ocupação do domicílio:

- próprio – já quitado
- próprio – em aquisição
- alugado
- cedido – por empregador
- cedido – de outra forma
- outra condição

**24. Pavimentação na rua onde se localiza o domicílio:**

- sim
- não

25. Forma de abastecimento de água:

- rede geral
- poço ou nascente – na propriedade
- outra

26. Número de banheiros no domicílio:

- 1-2
- 3-4
- 4 ou mais
- sem banheiro

**27. O escoadouro desse banheiro ou sanitário é ligado a:**

- rede geral de esgoto ou pluvial
- fossa séptica
- fossa rudimentar
- vala
- rio ou lago
- outro escoadouro

28. Quanto ao destino do lixo:

- por serviço de limpeza
- em caçamba de serviço de limpeza

- queimado (na propriedade)
- enterrado na propriedade
- jogado em terreno baldio ou logradouro
- jogado em rio, lago ou córrego
- outro destino

29. Quanto ao tipo de abastecimento de energia elétrica:

- companhia de energia elétrica
- outros produtores de energia
- próprio – gerador, bateria, etc
- não possui

30. Quanto a linha telefônica instalada:

- sim
- não

**31. Material de construção predominante no imóvel:**

- alvenaria
- concreto
- madeira
- vidro
- outros

**32. Bens duráveis existentes no domicílio:**

Rádio

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Geladeira ou freezer

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Vídeo-cassete

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Fogão à gás

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Máquina de lavar roupa

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Forno de Microondas

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Microcomputador

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Televisão

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Aparelho de ar condicionado (se houver central, registre o número de cômodos servidos)

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

Automóvel para uso particular

- 1-2
- 2-3
- 3-4
- 5-6
- não possui

### III CARACTERIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE VIDA

33. Considera suas condições de vida:

- excelentes
- boas
- regulares
- ruins

**34. Tipo de atendimento médico/hospitalar:**

- particular
- particular com convênio/plano de saúde
- SUS
- postos municipais de saúde
- médico da família

**35. Tipo de lazer:**

- cinema
- viagens
- teatro
- restaurantes
- praças públicas
- esportes
- outros.

Qual? \_\_\_\_\_

36. Ordem de importância (10 – mais importante a 1 – menos importante):

- educação
- emprego
- saúde
- energia elétrica
- saneamento básico
- pavimentação
- transporte coletivo
- segurança
- telefonia
- lazer

**37. Em sua opinião a renda total da sua família faz com que você(s) leve(m) a vida até o fim do mês com:**

- muita dificuldade
- dificuldade
- alguma dificuldade
- alguma facilidade
- facilidade
- muita facilidade

**38. A alimentação consumida por sua família:**

- sempre do tipo que quer

- nem sempre do tipo que quer  
 raramente do tipo que quer

**39. No caso da família não está se alimentando do tipo que quer, a razão deve-se:**

- porque a renda familiar não permite  
 porque os alimentos que a família quer não são encontrados no mercado  
 outras razões

**40. Considera suas condições de moradia:**

- excelentes  
 boas  
 regulares  
 ruins

**41. Avaliação das condições de moradia em relação a:**

Serviço de água

- bom       regular       ruim       não possui

Coleta de lixo

- bom       regular       ruim       não possui

Iluminação pública

- bom       regular       ruim       não possui

Drenagem/escoamento de água da chuva

- bom       regular       ruim       não possui

Fornecimento de energia elétrica

- bom       regular       ruim       não possui

**42. Problemas existentes no domicílio:**

Pouco espaço

- sim                       não

Rua ou vizinhos barulhentos

- sim                       não

Iluminação natural adequada

- sim                       não

Telhado com goteira

- sim                       não

Fundação, paredes ou chão úmido

- sim                       não

Madeiras das janelas, portas ou assoalhos deteriorados

- sim                       não

Poluição causada por trânsito ou indústria

- sim                       não

Violência ou vandalismo na área de residência

- sim                       não

Problemas geotécnicos decorrentes da localização (deslizamento, erosão etc.)

- sim                       não

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)